



RELATÓRIO DE GESTÃO

CONTA DE GERÊNCIA 2024

Índice

1.	NOTA INTRODUTÓRIA.....	3
	APRESENTAÇÃO	4
	Estrutura organizacional	5
	Enquadramento e Atribuições	6
2.	SÍNTESE DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	7
	2.1 Atendimento e Inspeção	7
	2.2 Ação Social	10
	2.3 Departamento de Gestão de Recursos	15
	2.4 Departamento de Prestações e Contribuições	21
	2.5 Processo Executivo.....	27
	2.6 Gestão Financeira, Orçamento e Conta	28
3.	ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA.....	31
	3.1 Balanço.....	31
	3.1.1 Ativo	31
	3.1.2 Património Líquido e Passivo	32
	3.2 Demonstração de Resultados	33
	3.2.1 Rendimentos.....	33
	3.2.2 Gastos	34
	3.3 Indicadores Económico-Financeiros	36
	3.4. Indicadores Orçamentais	37
4.	ANÁLISE ORÇAMENTAL.....	37
	4.1 – Receita	37
	4.2 – Despesa por Classificação Económica	39
	4.2.1 Despesas com pessoal	39
	4.2.2 Aquisição de bens e serviços.....	39
	4.3.3 Juros e outros encargos	40
	4.3.4 Transferências correntes	40
	4.3.5 Subsídios	42
	4.3.6 Outras despesas correntes.....	42
	4.3.7 Aquisição de bens de capital.....	42
	4.3.8 Transferências de Capital	43

4.3.9 Ativos Financeiros	43
4.4 Despesa por Subsistemas.....	43
4.4.1 Ação Social	44
4.4.2 Solidariedade	45
4.4.3 Proteção Familiar	46
4.4.4 Previdencial.....	47
4.4.5 Administração	48
4.4.6 ORAA – Orçamento Região Autónoma Açores.....	48
5. CONCLUSÃO.....	50
6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	52
7. PARECER FISCAL ÚNICO	52
8. SUBVENÇÕES PÚBLICAS (ORAA)	53
9. PUBLICAÇÕES.....	53

1. NOTA INTRODUTÓRIA

Mensagem do Conselho Diretivo

Caros cidadãos, colaboradores e parceiros,

É com sentido de responsabilidade e compromisso que apresentamos o Relatório e Contas de 2024 do Instituto da Segurança Social dos Açores (ISSA). Este documento reflete o trabalho árduo realizado ao longo do ano para garantir uma resposta social eficiente, inclusiva e sustentável para todos os açorianos, pautado por um elevado rigor e ética, de acordo com a missão a que nos propusemos.

O ano de 2024 foi marcado por desafios, mas também por conquistas significativas. Reforçámos o apoio às famílias mais vulneráveis, promovendo a inclusão social e o bem-estar da nossa população e implementámos medidas para melhorar a eficiência e eficácia dos nossos serviços.

Entre os principais destaques do ano, salientamos:

- ✓ Atribuição das prestações sociais e do apoio às famílias;
- ✓ A modernização dos serviços digitais, permitindo um atendimento mais acessível e ágil para os cidadãos;
- ✓ O fortalecimento das parcerias, garantindo uma maior proximidade e eficácia na resposta social;
- ✓ A gestão responsável, assegurando a solidez e transparência na aplicação dos recursos públicos.

Sabemos que os desafios continuam, e o nosso compromisso mantém-se firme para garantir que a Segurança Social seja um verdadeiro pilar de proteção e apoio para todos.

Agradecemos a todos os colaboradores do ISSA pelo seu empenho e dedicação, bem como aos parceiros e instituições que nos acompanham nesta missão. Juntos, continuaremos a construir um sistema de Segurança Social mais forte e justo para todos os Açorianos.

Com estima e confiança no futuro,

O Conselho Diretivo,

APRESENTAÇÃO

O Instituto da Segurança Social dos Açores, Instituto Público da Região Autónoma dos Açores, abreviadamente designado por ISSA, IPRA, foi criado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 14/2013/A, de 3 de outubro, e regulamentado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 2/2014/A, de 24 de janeiro. É um Instituto Público com autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

VISÃO: Garantir a proteção social dos cidadãos.

MISSÃO: Assegurar, na Região Autónoma dos Açores, a gestão dos regimes de segurança social, o reconhecimento dos direitos e o cumprimento das obrigações nos domínios das contribuições e prestações sociais, visando garantir o acesso a todos os cidadãos. Promover a coesão sociofamiliar, o desenvolvimento pessoal, social e local e a proteção dos grupos mais vulneráveis, contribuindo para a prevenção e luta contra a pobreza e exclusão social nos Açores.

O ISSA, IPRA é dotado com instrumentos e meios que lhe possibilitam uma gestão com autonomia, flexibilidade e capacidade de resposta às exigências decorrentes de um moderno sistema de Segurança Social.

Órgão de Gestão

No decurso do ano de 2024 o Conselho Diretivo do ISSA, IPRA foi constituído pelos seguintes membros:

Presidente

Paula Cristina Pereira de Azevedo Pamplona Ramos, nomeada por Despacho da Presidência do Governo Regional e da Vice-Presidência do Governo Regional n.º 2477/2021, publicado no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores, II série n.º 212, de 25 de outubro.

A Presidente do Conselho Diretivo do ISSA, IPRA, cessou funções no dia 31 de janeiro de 2025. Até à presente data, ainda não ocorreu a substituição do cargo.

Vice-Presidente

Patrícia Borges Soares, nomeada por Despacho da Presidência do Governo Regional e da Vice-Presidência do Governo Regional n.º 1542/2022 e respetiva Declaração de Retificação n.º 46/2022, publicados no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores, II série n.º 145 e n.º 148, de 29 de julho e de 3 de agosto de 2022, respetivamente.

Vogal

Tânia Duarte de Almeida Moreira da Fonseca, nomeada por Despacho da Presidência do Governo Regional e da Vice-Presidência do Governo Regional n.º 813-L/2022, publicado no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores, II série n.º 88, de 6 de maio de 2022.

Durante o ano de 2024 o Conselho Diretivo reuniu semanalmente de acordo com as suas competências.

Aos membros do Conselho Diretivo estão afetas as diversas áreas de acordo com a Deliberação n.º 20/2022 de 7 de junho, e Deliberação n.º 28/2022, de 4 de agosto.

A presidente do conselho diretivo coordenou a área de atuação dos departamentos e serviços com competência em matéria de prestações e contribuições, de atendimento e inspeção, e de processo executivo.

A vogal do conselho diretivo coordenou a área de atuação do departamento com competência em matéria de ação social.

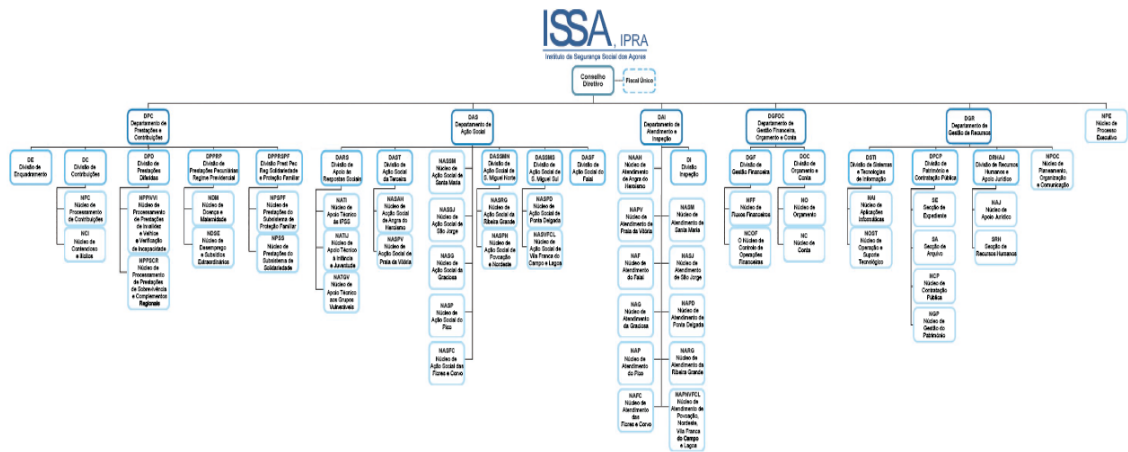
A vice-presidente do conselho diretivo coordenou a área de atuação dos departamentos com competência em matéria de gestão de recursos e de gestão financeira, orçamento e conta.

Órgão de Fiscalização

O Estatuto Orgânico do ISSA, IPRA, estabelece o Fiscal Único como órgão do instituto, tendo sido nomeado, através do Despacho n.º 1738/2023, de 6 de outubro, a “Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.”, com sede na Rua Dr. Caetano de Andrade, n.º 5, 2.º Centro, em Ponta Delgada, com o número de identificação fiscal 512093350, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o registo n.º 199, representada pelo sócio Duarte Félix Tavares Giesta, ROC n.º 520, com duração de três anos, podendo ser renovado por igual período.

Estrutura organizacional

À data de 31.12.2024, o organograma do ISSA, IPRA, apresentava a seguinte estrutura:



Recursos Humanos

O nº total de trabalhadores efetivos ao serviço a 31.12.2024, foi de 581, menos 6,7% do que o ano anterior, repartido pelas seguintes categorias profissionais:

N.º total de trabalhadores efetivos ao serviço - categorias profissionais

	Pessoal Dirigente Superior	Pessoal Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Pessoal de Inspeção	Informático	Docente	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Outro	Total
Nomeação definitiva				27						27
Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado			169		16	3	315	17	10	530
Comissão de serviço	3	21								24
Total	3	21	169	27	16	3	315	17	10	581

Grupos Profissionais - Comparativo

Grupos Profissionais	Efetivos a 31/12/2024	Efetivos a 31/12/2023	Variação % 2024/2023
Pessoal Dirigente	24	24	0,0%
Técnicos Superiores	199	204	-2,5%
Assistente Técnico	315	342	-7,9%
Assistente Operacional	17	26	-34,6%
Outros	26	27	-3,7%
Total	581	623	-6,7%

Enquadramento e Atribuições

A atividade do ISSA, IPRA é exercida, a nível regional, sob a tutela da Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social.

Organizado numa estrutura central, dispõe de serviços desconcentrados e desenvolve atuações específicas nas diversas áreas, sendo responsável por:

- Gerir os regimes de segurança social que por lei, ou regulamento, sejam cometidos às instituições de segurança social na Região Autónoma dos Açores;
- Estudar e propor medidas, visando a permanente adequação dos regimes;
- Colaborar na definição e adequação da política financeira da segurança social;
- Participar na elaboração do plano global da segurança social;
- Preparar o orçamento da segurança social da Região Autónoma dos Açores, apreciando, integrando e compatibilizando os orçamentos parcelares, e assegurar, coordenar e controlar a respetiva execução;
- Elaborar a conta da segurança social da Região Autónoma dos Açores, a submeter à aprovação dos órgãos competentes;
- Colaborar na definição dos procedimentos contabilísticos a adotar no sistema da segurança social;
- Assegurar o desenvolvimento de ações de natureza preventiva, terapêutica e promocional, numa perspetiva integrada e tendencialmente personalizada para a consecução dos objetivos da ação social;

- i) Promover a mobilização de recursos da própria comunidade na prossecução das ações a que se refere a alínea anterior;
- j) Colaborar no estudo de medidas de política e intervenção social;
- k) Celebrar acordos, contratos ou protocolos de cooperação;
- l) Fiscalizar os serviços e equipamentos de apoio social, incluindo os de fins lucrativos;
- m) Garantir o cumprimento dos direitos e obrigações dos beneficiários e contribuintes do sistema de segurança social da Região;
- n) Assegurar, nos termos da lei, assessoria técnica aos tribunais em matéria de promoção e proteção de crianças e jovens em risco e tutelar cível;
- o) Exercer os poderes sancionatórios, no âmbito dos ilícitos de mera ordenação social, relativos a beneficiários e contribuintes, nos termos legais;
- p) Proceder à recolha, tratamento e elaboração de dados estatísticos de interesse específico para a ação da segurança social;
- q) Colaborar na verificação, acompanhamento, avaliação e informação, nos domínios orçamental, económico e patrimonial, da atividade dos organismos e serviços que integram o sistema de segurança social regional, no âmbito do sistema de controlo interno da administração financeira do Estado;
- r) Assegurar a gestão e administração dos bens e direitos de que seja titular, e que constituem o património da segurança social da Região Autónoma dos Açores;
- s) Promover, no âmbito da segurança social da Região Autónoma dos Açores, estudos e avaliações do património;
- t) Otimizar a gestão dos recursos financeiros da segurança social da Região Autónoma dos Açores;
- u) Receber as contribuições e quotizações, assegurando e controlando a sua arrecadação, bem como dos demais recursos financeiros consignados no orçamento da segurança social da Região Autónoma dos Açores;
- v) Assegurar o abastecimento financeiro dos organismos e serviços com suporte no orçamento da segurança social da Região Autónoma dos Açores;
- w) Assegurar a rendibilização de excedentes de tesouraria, nomeadamente mediante o recurso a instrumentos disponíveis no mercado;
- x) Participar, na forma prevista na lei, nas ações de proteção civil;
- y) Exercer as demais atribuições previstas na lei.

2. SÍNTESE DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

2.1 Atendimento e Inspeção

O Departamento de Atendimento e Inspeção é constituído por Núcleos de Atendimento e pela Divisão de Inspeção.

A rede de atendimento do ISSA, IPRA é constituída por 77 locais de atendimento, que se encontram compartimentados em 11 núcleos de atendimento e 66 polos de atendimento. À presente data, encontram-se em funcionamento 34 locais de atendimento.

O trabalho desenvolvido nos Núcleos de Atendimento consubstancia-se nas atividades de *front office* exercidas no atendimento presencial (de acordo com a respetiva área geográfica de competência), atendimento telefónico (*call center* e *call back*), atendimento por marcação e atendimento por videochamada.

No ano de 2024, foram efetuados, na Região Autónoma dos Açores, abreviadamente designada de RAA, um total de 334.337 atendimentos presenciais, e tratados 347.076 assuntos, distribuídos por ilha, conforme quadro que se segue:

Atendimento Presencial por Ilha no ano de 2024		
Ilhas	Nº de atendimentos	Nº de assuntos
S. Miguel	187.984	192.232
Terceira	68.992	75.486
Pico	21.395	22.429
Faial	20.153	20.412
S. Jorge	17.850	18.065
Santa Maria	7.524	7.984
Graciosa	5.554	5.566
Flores	4.026	4.040
Corvo	859	862
TOTAL	334.337	347.076

Do quadro apresentado conclui-se que 56,23% dos atendimentos presenciais foram efetuados na ilha de S. Miguel, e 20,64% na ilha Terceira, sendo que os restantes 23,13% dos atendimentos presenciais encontram-se distribuídos pelas restantes 7 ilhas.

No que concerne ao funcionamento do atendimento telefónico com o serviço de *call center*, verificou-se o aumento da resposta dada ao utente, e permitiu efetuar a gestão do atendimento telefónico, afetando colaboradores do atendimento ao *call back*, ou seja, o utente, ao ser atendido pela operadora – telefonista deixa o seu contato, sendo no próprio dia, ou início do dia seguinte, contactado pelas operadoras - *call center*, com competências na área de negócio.

No ano de 2024, foram atendidas e tratadas, em *call center*, 27.519 chamadas e retornadas, em sede de *call back*, 7.717 chamadas.

Dois dos indicadores do trabalho desenvolvido no atendimento, são o tempo médio de espera e o tempo máximo de espera, tendo-se registado, no ano de 2024, respetivamente, os valores de 00:03:57 minutos e 00:30:58 minutos.

No que concerne às reclamações, da responsabilidade dos serviços de atendimento, foram apresentadas, durante o ano de 2024, 6 reclamações, tendo as mesmas sido respondidas num tempo médio de 2 dias.

No âmbito do atendimento, tem sido desenvolvido um notável esforço para dotar os atendedores de meios e ferramentas de trabalho que facilitem e sistematizem a informação, de forma a melhorar a qualidade no atendimento prestado, acompanhando

as diversas alterações legislativas e procedimentais, desburocratizando e simplificando circuitos de documentação e/ou informação.

Paralelamente, no ano de 2024, verificou-se a consolidação do processo de mudança a ocorrer, a nível nacional, com a implementação da “Visão 360” que, tendo alterado o paradigma de relacionamento do cidadão/cliente com a Segurança Social, tornou o processo mais ágil e intuitivo, apostou na otimização e integração da informação que é disponibilizada, tendo permitido também, com maior segurança, por um lado, que o cidadão/cliente possa aceder e acompanhar, de forma clara e imediata, o estado dos seus pedidos à Segurança Social e, por outro, que o atendedor possa acompanhar as diversas interações do cliente externo com a Segurança Social, bem como saber o estado dos pedidos em *back office*.

De forma subsidiária, procurou-se pautar os serviços de acordo com as seguintes linhas orientadoras:

- Garantir a adequação dos recursos internos aos objetivos prosseguidos, em nome de princípios de eficiência operacional/productividade;
- Contribuir para a criação de uma imagem homogénea dos serviços ao nível do ISSA, IPRA;
- Garantir um nível de informação e atendimento aos cidadãos e empresas, qualitativamente elevado, promovendo o aumento da proximidade e acessibilidade aos serviços;
- Promover níveis de qualidade crescentes, através de políticas discricionárias/seletivas da qualidade.

Compete à Divisão de Inspeção, de acordo com o conteúdo funcional das carreiras de inspeção, previsto em legislação própria, exercer a ação fiscalizadora quanto ao cumprimento dos direitos e obrigações dos beneficiários e contribuintes do sistema de segurança social da Região, e dos serviços e equipamentos de apoio social, incluindo os com fins lucrativos, e exercer, nos termos legais, os poderes sancionatórios, no âmbito dos ilícitos de mera ordenação social.

Genericamente, a função inspetiva tem por objetivo o correto enquadramento de beneficiários e contribuintes e o combate à fraude e evasão contributiva à segurança social.

O ISSA, IPRA tem 24 inspetores nos seus quadros de pessoal que exercem as suas funções, de acordo as competências definidas na Lei e com a categoria profissional que detêm (inspetor superior/inspetor adjunto), e em todas as áreas de intervenção, sendo que, na área de equipamentos sociais, os processos são tratados exclusivamente por inspetores superiores.

A intervenção da inspeção divide-se em processos a contribuinte, a beneficiários e a equipamentos sociais, e decorre da apresentação de denúncias, pedidos de averiguação efetuados pelos serviços e/ou ações programadas de inspeção.

No ano de 2024, foram concluídos 1.586 processos, sendo 777 relativos a beneficiários, 787 a contribuintes e 22 a equipamentos sociais.

Foram apuradas taxas contributivas, no valor de 1.625.625,51€ (um milhão, seiscentos e vinte e cinco mil, seiscentos e vinte e cinco euros e cinquenta e um cêntimos). Destas, comprovou-se o pagamento, no decurso do processo, de 58.632,87€ (cinquenta e oito mil, seiscentos e trinta e dois euros e oitenta e sete cêntimos), o que corresponde a cerca de 3,6% das taxas contributivas apuradas. De igual modo, foram apurados montantes de “falsas contribuições”, no valor de 22.803,62€ (vinte e dois mil, oitocentos e três euros e sessenta e dois cêntimos).

No que concerne às averiguações a beneficiários de prestações sociais, as mesmas incidiram fundamentalmente sobre beneficiários de rendimento social de inserção, com 49% dos processos, seguindo-se processos titulares de encargos familiares (os quais incluíram, entre outros, processos a beneficiários de subsídio de educação especial), com 26% dos processos e 14% a beneficiários de subsídio de doença.

Dos processos de fiscalização a beneficiários de prestações sociais, verificou-se que 57,53% foram concluídos como irregulares. Analisando, por tipo de prestação, foram concluídos, como irregulares, 75,70% dos processos de beneficiários de desemprego, 52,20% dos processos a beneficiários de subsídio de doença, 55,80% dos processos a beneficiários de RSI, e 62,50% dos processos de averiguação no âmbito de encargos familiares.

Dos processos a equipamentos sociais, concluídos em 2024, 20 foram a entidades lucrativas, e não lucrativas, que desenvolvem atividade no âmbito de equipamentos sociais, 18 processos relativos a funcionamento, 1 auditoria jurídica e 3 auditorias financeiras.

2.2 Ação Social

O Departamento de Ação Social assume um papel ativo no cumprimento das suas atribuições, e com a extensa rede de instituições parceiras: Santas Casas de Misericórdia, Casas do Povo e IPSS, bem como instituições e serviços públicos como escolas, tribunais e direções regionais. Visa a prestação de um serviço de proximidade, focado no respeito e na integridade dos beneficiários, na avaliação, gestão e manutenção de estratégias que permitam ir ao encontro das necessidades dos cidadãos que se dirigem a este Serviço. Neste seguimento, resumidamente, foram desenvolvidas, em 2024, as seguintes atividades:

✓ EDUCAÇÃO PARENTAL

Para o ano 2024, foram calendarizadas, a nível regional, 41 intervenções, designadamente, 9 grupais e 32 aplicações individuais, com os programas “Mais Família, Mais Jovem”, “Anos Incríveis” e o projeto “Oficinas da Parentalidade Positiva” (OPP).

No que concerne aos grupos de pais, foram concretizados 2 na ilha Terceira (“Anos Incríveis”; “Mais Família, Mais Jovem”), 3 na ilha do Faial (2 “Anos Incríveis”; “Mais Família, Mais Jovem”), 2 na ilha do Pico (“Mais Família, Mais Jovem”), 1 na ilha de Santa Maria e 1 na ilha Graciosa (em ambas as ilhas, com o projeto OPP).

Relativamente às aplicações individuais, foram desenvolvidas 18 na ilha de S. Miguel, 7 na ilha do Faial, 2 na ilha do Pico, 3 na ilha das Flores, 1 na ilha do Corvo e 1 na ilha de São Jorge.

✓ EQUIPAS MULTIDISCIPLINARES DE APOIO TÉCNICO AOS TRIBUNAIS

▪ PROMOÇÃO E PROTEÇÃO (EMAT- PP)

No ano de 2024, as Equipas Multidisciplinares de Apoio aos Tribunais da RAA, foram intervenientes em 603 processos judiciais de promoção e proteção, a que correspondem 832 crianças/jovens. Das medidas de promoção e proteção mais aplicadas às crianças e jovens, pelos Tribunais da RAA, destaca-se a medida de apoio junto dos pais, com maior expressividade, com 404 crianças/jovens a beneficiar desta medida protetiva, seguida da medida de Acolhimento Residencial, registando-se 313 crianças/jovens que passaram pelo acolhimento residencial.

Ainda conforme os dados, destaca-se a intervenção da Assessoria Técnica aos Tribunais das ilhas de Santa Maria, São Miguel, Terceira, Graciosa, São Jorge, Pico e Faial na avaliação de 436 situações de perigo (Processos Administrativos - PA), abrangendo 559 crianças/jovens, a pedido do Ministério Público da Comarca dos Açores, do Juízo de Família e Menores de Ponta Delgada, com maior expressividade por parte da Comarca de Ponta Delgada (377).

• TUTELARES CÍVEIS (EMAT- TC)

No ano de 2024, as equipas regionais de assessoria técnica aos tribunais em matéria tutelar cível, foram intervenientes em 795 processos, procedendo à realização das várias solicitações dos Tribunais, em matéria de exercício das responsabilidades parentais, as quais envolveram 955 crianças.

✓ INICIATIVAS NA ÁREA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

– ERIPDA (Estratégia Regional para Inclusão da Pessoa com Deficiência 2023-2030)

Ações da responsabilidade do ISSA, IPRA. no âmbito da ERIPDA (Resolução do Conselho do Governo n.º 111/2023 de 7 de julho.

Novos serviços e metodologias, com o objetivo de melhorar o suporte e os serviços prestados à população, a saber:

- Implementação de novos serviços – “Balcão da Inclusão”, nos concelhos de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta;
- Implementação de canal de comunicação (*email*) com população em geral, no âmbito dos “Balcões da Inclusão”.
- Criação de proposta de “Sistema Centralizado de Gestão de Vagas em Lares Residenciais para Pessoas com Deficiência”.

✓ INICIATIVAS NA ÁREA DAS PESSOAS IDOSAS

- No âmbito da resposta social “Famílias de Acolhimento de Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência”, do ISSA, IPRA, foram desenvolvidas 4 ações de sensibilização.

- No quadro do acompanhamento técnico, pela DARS, e dos núcleos especializados às respostas sociais, promoveram-se 6 reuniões técnicas conjuntas relativas às respostas sociais SAD (Serviço de Apoio ao Domicílio), Centro de Dia e Centro de Convívio. Para além das questões técnicas abordadas, estes momentos deram lugar à criação de dois eventos, a um seminário e a uma formação, promovidos pelo ISSA, IPRA, em parceria com as IPSS intervenientes, a ter lugar nos dias 26,27 e 28 de março de 2025, respetivamente.

No que respeita à atuação das Divisões e Núcleos de Ação Social foram desenvolvidas, em 2024, as seguintes atividades pelos vários Núcleos de Ação Social da RAA:

- **Atendimento individual e personalizado aos cidadãos, numa lógica de proximidade territorializada**

É realizado atendimento regular aos cidadãos que recorrem à Segurança Social, estando os NAS organizados numa lógica territorial e de proximidade.

Para o efeito, cada técnico assegura semanalmente o atendimento na respetiva zona/freguesia de intervenção, garantindo o acompanhamento de processos de RSI e/ou Ação Social.

Durante o ano de 2024 foram realizados 43.177 atendimentos.

- **Diagnóstico socioeconómico, a definição e negociação dos planos de intervenção, e respetivo acompanhamento, e avaliação junto dos indivíduos, famílias e comunidades;**

Decorrente do atendimento é delineado um plano de intervenção, o qual poderá implicar a mobilização de recursos comunitários, como por exemplo, a atribuição de banco alimentar, cantina social e/ou atribuição de apoio económico.

	Banco Alimentar	
	São Miguel	Terceira
	2024	
Nº de pedidos de apoio	4853	2681
Nº de famílias apoiadas	4853	2681
N.º de pessoas apoiadas	14527	7697

Paralelamente, é aprofundado o diagnóstico das comunidades, os quais corroboram projetos de cariz grupal e comunitário desenvolvidos pelos vários NAS.

- **Informatização dos processos familiares nas Aplicações Informáticas:**
Durante o ano de 2024, reforçou-se a introdução dos processos familiares nas aplicações informáticas, tendo sido criadas novas funcionalidades de melhoria da aplicação, em termos de caracterização/diagnóstico e de avaliação do acompanhamento. Foram introduzidos todos os processos de Rendimento Social de Inserção em acompanhamento. Importa referir que, a 30 de outubro de 2024, estavam registados 2.849 processos do tipo RSI, ou RSI+Ação Social, na RAA.
- **Operacionalização do Regime de Distribuição de Almoço durante os Períodos de Férias e Interrupções Letivas:**

O Decreto Legislativo Regional nº 5/2014/A, de 28 de março de 2014, estabelece o regime de distribuição de almoço durante os períodos de férias e interrupções letivas. Abrange as crianças e jovens que frequentam os estabelecimentos de educação pré-escolar e de escolaridade obrigatória, que integram o sistema educativo regional, que beneficiem do 1º e 2º escalão da Ação Social Escolar e que requeiram, junto da unidade orgânica, a atribuição do almoço durante o período de férias e interrupções letivas.

Ao ISSA, IPRA compete a avaliação da situação socioeconómica do agregado familiar e assegurar a disponibilização do almoço, com recurso à rede de respostas sociais locais.

O Decreto Regulamentar Regional nº 11/2014/A, no seu preâmbulo, faz referência ao facto desta resposta constituir um procedimento de intervenção com um pressuposto de articulação entre os serviços de ação social e as escolas, não se limitando ao fornecimento de almoços às crianças e jovens durante as férias e interrupções letivas, constituindo-se, assim, uma resposta socialmente integrada que permite abranger os respetivos agregados familiares.

Assim, foram estabelecidos vários protocolos com IPSS's no sentido da implementação desta resposta sendo, em 2024, os seguintes:

Ilha	Divisão/ Núcleo	Instuição	Número Almoços Diários a Protocolar em 2024	Número Almoços a Protocolar 2024	Valor Almoço
Santa Maria	NAS Santa Maria	Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto	5	380	4,30
São Miguel	DASSMS	Casa do Povo de Arrifes	30	2574	4,30
		Mãe de Deus - Associação de Solidariedade Social	85	9215	4,30
		Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Oliveira	8	696	4,30
		Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo	22	1914	4,30
		Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de São Miguel	20	1700	4,30
	DASSMN	Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande	5	435	4,30
		Santa Casa da Misericórdia da Povoação	5	435	4,30
		Santa Casa da Misericórdia de Nordeste	4	348	4,30
		Santa Casa da Misericórdia do Divino Espírito Santo da Maia	19	1653	4,30
		Casa do Povo da Maia	24	46	4,30
Terceira	DAS T	Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Altares	16	1392	4,30
		Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo	22	1914	4,30
		Associação Cristã da Mocidade	6	522	4,30
		Casa do Povo do Porto Judeu	30	2610	4,30
		Santa Casa da Misericórdia da Vila de São Sebastião	15	1305	4,30
		Casa do Povo dos Biscoitos	4	348	4,30
		Lar D. Pedro V	4	348	4,30
Graciosa	NAS G	Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz da Graciosa	6	522	4,30
São Jorge	NAS SJ	Casa de Repouso João Inácio de Sousa	4	348	4,30
		Instituto de Santa Catarina	3	261	4,30
Pico	NAS Pico	Santa Casa da Misericórdia das Lajes do Pico	3	261	4,30
		Santa Casa da Misericórdia da Madalena do Pico	35	4565	4,30
		Santa Casa da Misericórdia de São Roque do Pico	5	435	4,30
Faial	DAS F	Casa de Infância de Santo António	30	2412	4,30
Flores	NAS Flores e Corvo	Santa Casa da Misericórdia Lajes das Flores	4	348	4,30
		Santa Casa da Misericórdia Santa Cruz das Flores	5	435	4,30
Corvo			Santa Casa da Misericórdia da Vila do Corvo	12	1020
Total			426	37.042	

2.3 Departamento de Gestão de Recursos

Ao Departamento de Gestão de Recursos compete a gestão documental, patrimonial, dos recursos humanos e apoio em matéria jurídica, instrução dos procedimentos de contratação pública e manutenção dos sistemas e equipamentos informáticos.

Apoio Jurídico:

- Elaboração de propostas legislativas e colaboração na sua redação e emissão de pareceres sobre propostas legislativas; Elaboração de propostas de despachos e deliberações de delegações de competência; Preparação e envio de atos para publicação em Jornal Oficial; Verificação da conformidade dos estatutos e das eleições das Instituições Particulares de Solidariedade social e equiparadas com o Estatuto das IPSS; Prestação de apoio jurídico no âmbito das atribuições do ISSA, IPRA, nomeadamente através de estudos, pareceres e informações; Prestação de apoio nos recursos e demais processos gratuitos; Intervenção em processos de foro disciplinar.

Recursos Humanos:

- O ISSA, IPRA, tem 581 colaboradores, pelo que a gestão de recursos humanos, em 2024, centrou-se nas seguintes atividades: Mapas anuais de levantamento de necessidades de recrutamento; Procedimentos concursais para recrutamento; Coordenação dos processos de alteração de posicionamento remuneratório; Acompanhamento da aplicação do Sistema Integrado de Gestão e Avaliação na Administração Pública Regional dos Açores (SIADAPRA); Preparação de candidaturas a programas de emprego e de estágio; Preparação dos processos de mobilidade, respetivas prorrogações e consolidação; Processamento de vencimentos; Atualização de dados nos processos individuais e no sistema de gestão de recursos humanos.

Gestão do Património:

- Gestão e manutenção dos 184 imóveis que constituem o património do ISSA, IPRA;
- Em 2024, devido à implementação do SNC-AP no ano anterior, procedeu-se a uma análise detalhada do registo dos imóveis em SAP4HANA;
- Atualização de dados na aplicação interna de gestão de imóveis;
- Sinalização de bens disponíveis para venda;
- Realização do procedimento de venda de 16 imóveis e correspondente abate em SAP4HANA;
- Promoção da avaliação de dois imóveis para aquisição;
- Realização de 36 procedimentos de Empreitadas;
- Realização de 8 procedimentos de aquisição de serviços relacionados com empreitadas – projeto e fiscalização.
- Realização de um procedimento de arrendamento de uma fração autónoma, propriedade do ISSA, IPRA;

- Gestão dos contratos de arrendamento de imóveis do ISSA, IPRA.
- Gestão dos condomínios das frações autónomas, propriedade do ISSA, IPRA;
- Cedência de utilização de um imóvel;
- Transferência de imobilizados em curso para imobilizados definitivos;
- Promoção de procedimentos para implementação do Plano de Segurança Interno dos edifícios do ISSA, IPRA;
- Gestão do arquivo corrente do NGP;
- Gestão das viaturas - 68 veículos que suportam a atividade do ISSA, IPRA na RAA;
- Carregamento de dados das viaturas nas aplicações internas;
- Emissão de parecer sobre os pedidos de autorização de condução de viaturas do ISSA, IPRA;
- Execução de pequenas reparações nos edifícios de Ponta Delgada, Terceira e Faial, pelos assistentes operacionais do NGP;
- Comunicação e articulação com os responsáveis dos edifícios;
- Levantamento de necessidades de intervenção nos edifícios, propriedade do ISSA, IPRA.
- Gestão dos bens móveis:
 - ✓ Elaboração de 16 autos de abate com a abrangência de 537 bens móveis;
 - ✓ Gestão de resíduos;
 - ✓ Gestão e transferência de mobiliário;
 - ✓ Identificação de cerca de 947 bens por localizar, correspondendo, assim, a uma redução de 446 bens face a 2023.
 - ✓ Elaboração de 11 autos de cedência respeitantes a 63 bens móveis.

Contratação Pública:

- Elaboração de consultas preliminares de mercado, programas de concurso, cadernos de encargos e instrução dos respetivos procedimentos de aquisição de bens e serviços, designadamente:
 - ✓ Ajuste Direto para aquisição anual de papel para impressão e fotocópia;
 - ✓ Ajuste Direto para aquisição anual de material de armazém;
 - ✓ Ajuste direto para aquisição de material de tipografia;
 - ✓ Ajuste Direto para aquisição de mobiliário;
 - ✓ Concurso público, com publicidade no JOUE, para aquisição de licenciamento dos postos de trabalho e infraestrutura de produtividade, para o ano civil de 2025, serviços do ISSA, IPRA;

- ✓ Concurso público para aquisição de serviços de deslocações e alojamento;
- ✓ Concursos públicos para aquisição de equipamento informático;
- ✓ Ajustes diretos para aquisição de serviços com os médicos do SVI;
- ✓ Concurso público, com publicidade no JOUE, para aquisição de serviços de limpeza das instalações do ISSA, IPRA;
- ✓ Ajuste direto para aquisição de 2 viaturas para o ISSA, IPRA;
- ✓ Ajuste direto para aquisição de Central de Detecção de Incêndios para o edifício de Ponta Delgada;
- ✓ Ajustes Diretos para aquisição de aparelhos de ar condicionado;
- ✓ Ajuste Direto para aquisição (fornecimento e montagem) de fonte de alimentação ininterrupta- UPS;
- ✓ Ajustes Diretos para aquisição de refeições escolares nos períodos de interrupção letiva do Carnaval, Páscoa, Verão e Natal;
- ✓ Ajustes Diretos para serviços de apoio aos seminários e sessões de formação, organizados pelo ISSA, IPRA;
- Instrução de inúmeros procedimentos de ajuste direto-regime simplificado;
- Gestão de stocks dos 3 armazéns de material de expediente, designadamente entradas, saídas e transferências entre armazéns;
- Gestão de contratos de seguros, de manutenção e assistência técnica de equipamentos, de arrendamento, de deslocações e alojamento dos trabalhadores do ISSA, IPRA, dos médicos do SVI;
- Assegurar a aquisição de serviços para manutenção, reparação e inspeção da frota automóvel do ISSA, IPRA;
- Compilação da documentação necessária às respostas a auditorias na sequência dos procedimentos de contratação pública realizados no âmbito do Programa Operacional de Apoio às Pessoas mais carenciadas (FEAC).

Secção de Expediente

- Receção de correspondência através dos CTT, e-mail institucional e presencial, bem como respetivo registo e classificação em SGC e na GAC (30.914 entradas);
- Expedição de correspondência (123.300 saídas);
- Registo de correspondência nas aplicações internas;
- Elaboração diária de protocolos com a correspondência recebida e envio para as respetivas áreas de trabalho;
- Receção e separação quinzenal de toda a documentação rececionada das RIACs, elaboração de protocolos e respetiva distribuição;
- Apoio administrativo aos diversos serviços, no que respeita a registo de ofícios em SGC, retoma e arquivo de distribuições;

- Substituição do segurança na sua pausa para almoço/ausências, em São Miguel;
- Apoio aos médicos do SVI, na ilhas Terceira e Faial;
- Gestão do Armazém na ilha do Faial (lançamento de requisições em SAP4HANA);
- Colocação de bandeiras ao fim de semana e feriados, na sede do ISSA;
- Realização de serviço externo diário (CTT, Bancos e diversas entidades);
- Distribuição do material de armazém no ESSPDL;
- Abastecimento diário de papel nas multifunções do ESSPDL;
- Preparação das salas de formação;
- Abertura da porta nas férias/impedimentos do colaborador José Dutra (sede);
- Atendimento telefónico (34.203 chamadas);
- Limpeza nos edifícios de Santa Maria e São Miguel (Nordeste);
- Gestão da biblioteca do ISSA, IPRA.

Secção de Arquivo

- Gestão e organização de 4 depósitos de arquivo na ilha Terceira, de 2 na ilha do Faial e de 5 depósitos na ilha de São Miguel;
- Respostas a um total de 1.705 pedidos de consulta de processos de pessoas singulares e de pessoas coletivas, provenientes das diversas áreas, através das aplicações internas do ISSA, IPRA:
 - ✓ Ilha do Faial - 224 pedidos de consulta;
 - ✓ Ilha Terceira – 653 pedidos de consulta;
 - ✓ Ilha de São Miguel - 828 pedidos de consulta.
- Receção e conferência das guias de remessa dos processos remetidos aos arquivos, conforme calendarização anual;
- Arrumação dos processos recebidos nos respetivos depósitos de arquivo;
- Continuação da ordenação e digitalização, por ano/entidade, desde 1965 (início da Segurança Social na ilha Terceira), de DR's (folhas de remunerações) e das guias de trabalhadores independentes entre os anos de 1975 e 1977;
- Preparação de 59 autos de eliminação para os processos que reuniam os requisitos necessários, tendo sido eliminados um total de 147,35 metros lineares, equivalentes a 3.452,771 quilogramas:
 - ✓ Ilha do Faial – 7 autos, 4.930 metros lineares, 131,840 Kg;
 - ✓ Ilha Terceira – 39 autos, 69,050 metros lineares, 1.711,626 Kg;
 - ✓ Ilha São Miguel – 13 autos, 73,370 metros lineares, 1.609,305 Kg.
- Realização de expurgo nos processos relativos a pessoas singulares e coletivas,

com vista à redução do espaço físico ocupado (em Ponta Delgada, foram expurgados 15,420 metros lineares, equivalente a 708,300 Kg);

- Realização de reuniões com a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB), com a Comissão Coordenadora para os Arquivos da Região Autónoma dos Açores (CCARAA) e com o Instituto da Segurança Social, I.P, com vista à finalização da Portaria de Gestão Documental do ISSA, IPRA.;
- Apoio na preparação e organização dos processos trabalhados nas diferentes áreas de negócio, de acordo com as normas do Plano de Classificação em vigor.

Sistemas e Tecnologias de Informação:

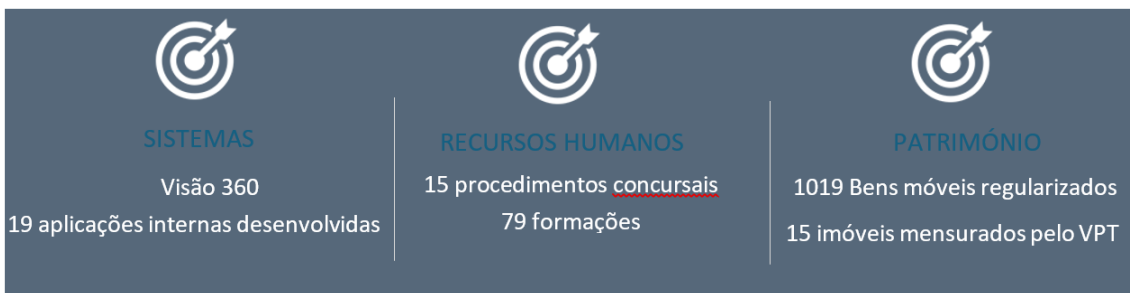
- Gestão do parque informático e sistemas de informação do ISSA, IPRA.; modernização dos equipamentos e soluções aplicacionais, assegurando uma compatibilização dos equipamentos em utilização com os equipamentos do Instituto de Informática; otimização e automatismos e processos normalizados, para aumentar a eficiência dos sistemas.
- A consolidação do projeto Visão 360º no Instituto da Segurança Social dos Açores, IPRA. representou um marco significativo na modernização e eficiência dos serviços na região. Este projeto inovador possibilita uma maior coordenação e cooperação entre as diferentes entidades e serviços ligados à segurança social, uma vez que consiste na integração das informações recebidas pelos cidadãos num único portal agregador.
- O desenvolvimento aplicacional de suporte à medida legislativa de creches gratuitas para garantir a eficácia e o cumprimento desta importante política social. As alterações foram concebidas para facilitar o processo de inscrição e gestão das crianças nas creches abrangidas pela medida, bem como de todo o suporte estatístico.
- A consolidação de servidores físicos em ambientes virtualizados também representou um marco significativo na modernização da infraestrutura tecnológica do ISSA. Através da implementação da plataforma *VMware vCenter* foi possível unificar múltiplos servidores físicos num ambiente virtual centralizado, sendo que essa migração trouxe benefícios imediatos em termos de eficiência operacional. A gestão centralizada proporcionada pelo *VMware vCenter* simplificou significativamente os processos de administração e sistemas, possibilitando a monitorização em tempo real, a alocação dinâmica de recursos e a implementação de políticas de segurança unificadas.
- Coordenação da presença do ISSA, IPRA. nos portais de internet, em colaboração estreita com as várias unidades orgânicas. Essa gestão integrada tem provado ser altamente eficaz na resposta ágil a solicitações de alteração de conteúdo, muitas vezes realizadas no próprio dia em que são requisitadas, garantindo que as informações disponibilizadas aos cidadãos sejam sempre atualizadas e relevantes. Essa abordagem não só reflete o compromisso do ISSA com a transparência e a acessibilidade da informação.

Núcleo de Planeamento, Organização e Comunicação:

No ano de 2024, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- Elaboração de informação estatística (recolha, tratamento e análise de dados físicos e financeiros) sobre:
 - I. prestações, subsídios, apoios regulares e extraordinários de âmbito nacional;
 - II. subsídios, apoios e complementos regionais;
 - III. contratos de cooperação e protocolos de cooperação (dados físicos e financeiros);
 - IV. isenção das mensalidades das creches, no âmbito do PRR.
 - V. indicadores de monitorização interna do ISSA, IPRA nomeadamente das áreas das prestações e contribuições, ação social, inspeção e atendimento;
- Conceção de procedimentos, fluxogramas e instruções de trabalho, em articulação com as diferentes áreas do ISSA, sendo que, em 2024, foram aprovados 64 documentos pelo CD e pelos dirigentes competentes, entre os quais procedimentos, instruções de trabalho, impressos, e outros documentos similares (manuais, guias, FAQ, etc.), com volume e grau de complexidade variável.
- Registo, na aplicação SUGERE, de todas as reclamações, sugestões e elogios recebidas pelo ISSA, IPRA, sendo que em 2024 verificaram-se 39 registos, dos quais 3 elogios;
- Colaboração na elaboração do QUAR, do relatório de execução do QUAR, do Plano de Atividades e do Relatório de Atividades do ISSA, IPRA.
- Elaboração do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do ISSA, IPRA e dos relatórios de avaliação.
- Elaboração dos relatórios de progressão para o Plano de recuperação e resiliência (PRR) sobre a medida creches gratuitas.
- Gestão de conteúdos das páginas do ISSA, IPRA na intranet e na internet – site do Governo Regional dos Açores e da segurança social do ISSA, IPRA;
- Divulgação de informação aos trabalhadores do ISSA, IPRA, através do ISSA-INFO e do ISSA-Comunica;
- Elaboração de propostas de memorandos, e demais documentos, quando solicitados, atendendo às seguintes finalidades, entre outras:
 - I. Plenários da Assembleia Legislativa Regional;
 - II. Resposta a questões levantadas pelos partidos com assento na Assembleia Legislativa Regional;
 - III. Visitas estatutárias do GRA;
 - IV. Audiências da SRSSS/GRA com IPSS, Misericórdias e outras entidades;
 - V. Relatório semestrais sobre a participação da RAA na EU;

- VI. Dados da governação social;
- VII. Balanço social.



2.4 Departamento de Prestações e Contribuições

2.4.1 Divisão de Contribuições

Atividades Desenvolvidas no âmbito do Núcleo de Processamento de Contribuições (NPC)

O Núcleo de Processamento de Contribuições está organizado em 4 equipas de trabalho:

- Análise / Correção dos contribuintes (EE, TI'S, SD e PAA'S), com sede ou domicílio fiscal na Região autónoma dos Açores;
- Análise e correção das Declarações de Remunerações;
- Validação das Carreiras Contributivas;
- Gestor do Contribuinte das Entidades Públicas Regionais.

No ano de 2024, o Núcleo de Processamento de Contribuições trabalhou 6.553 distribuições de SGC's.

De acordo com informação estatística da Visão 364:

Equipa 2281 -NPC no ano de 2024 trabalhou 4561 atividades;

Equipa 2343 - Carreiras Contributivas no ano de 2024 trabalhou 901 atividades;

Equipa 2350 - Declarações de Remunerações no ano de 2024 trabalhou 534 atividades;

Equipa 2351 - Sinistros no ano de 2024 trabalhou 1422 atividades;

Equipa 2352 - Sobreposições no ano de 2024 trabalhou 337 atividades.

No ano de 2024 foram corrigidas 18.551 Declarações de Remunerações reduzindo a percentagem do stock de Declarações de Remunerações com erros.

No âmbito da validação das carreiras contributivas serviços desenvolvidos pelo Núcleo de Processamento de Contribuições durante o ano de 2024 foram validados 1797 pedidos de pensão de velhice, 538 pedidos de pensão de velhice antecipada, 480 pedidos de pensão social de velhice, 1038 pedidos de validação antecipada das carreiras.

No ano de 2023 foram validadas 1487 carreiras contributivas de invalidez, 24 carreiras contributivas de pensão social de invalidez, 274 validações de prestações por morte. No ano de 2024 foram efetuadas 182 participações crime ao Núcleo de Contencioso e Ilícitos pelo crime de abuso de confiança contra a Segurança Social.

Atualmente é feito um acompanhamento por uma equipa de apenas 2 gestores de cerca de 100 entidades contribuintes, tendo-se nessas entidades alterado o paradigma do relacionamento com a Segurança Social. A ligação entre a Segurança Social e a entidades é feita única e exclusivamente através do gestor do contribuinte. Passando as suas atribuições por assegurar um contacto personalizado com o contribuinte, acompanhar a sua situação contributiva, aconselhando procedimentos e propondo as soluções para a resolução de problemas e desenvolver mecanismos de prevenção ao incumprimento contributivo.

O objetivo consiste em prestar um serviço de qualidade ao contribuinte, promover a agilização de procedimentos entre os serviços intervenientes na gestão dos contribuintes, induzir e incentivar uma cultura de cumprimento das obrigações contributivas, prevenir e reduzir o incumprimento contributivo e, ainda, reagir atempadamente às situações de incumprimento contributivo.

Mensalmente as entidades são monitorizadas são remetidos os respetivos alertas às entidades aquando do incumprimento contributivo, da existência de sobreposições, análise e reporte dos erros existentes nas declarações de Remunerações, articulação com a Divisão de Enquadramento aquando da deteção de problemas na qualificação.

Atividades Desenvolvidas no âmbito do Núcleo de Contencioso e Ilícitos (NCI)

O Núcleo de Contencioso e Ilícitos está organizado em 3 áreas de trabalho:

- Reclamações de crédito efetuadas nos âmbitos de Processos de Insolvência, Processo Especial de Revitalização (PER), Processo especial para acordo de pagamento (PEAP), Processos de Execução Cível.
- Análise e Instrução de Processos de Contraordenação no âmbito das competências do ISSA, IPRA.
- Análise e Instrução de Processos Crime no âmbito das competências do ISSA, IPRA.

No ano de 2024, o Núcleo de Contencioso e Ilícitos trabalhou 1646 distribuições de SGC's.

No período de 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024 foram efetuadas 62 reclamações de crédito.

Durante ao ano de 2024 foram efetuadas 139 instruções de processos de contraordenação sendo que essas instruções ficaram concluídas no prazo de 1594 dias, o que dá uma média de instrução de cada processo de contraordenação de 11,47dias.

2.4.2 Divisão de Enquadramento

A Divisão de Enquadramento está organizada em 3 equipas de trabalho:

- Entidades Empregadoras e outras qualificações (MOE, TCO, Serviço Doméstico, Seguro Social Voluntário, estagiários e programas ocupacionais, gestão de taxas especiais e apoios extraordinários à contratação de trabalhadores).
- Entidades não empregadores (Trabalhadores independentes, empresários em nome individual, cônjuges TI, Produtores Agrícolas dos Açores grupo fechado ou da Lei 29/2016 e respetivos familiares).
- Relações internacionais e informações (determinação de legislação aplicável, destacamentos, RINA, CESD, informações a tribunais, MP e outras entidades oficiais, apoios extraordinários da segurança social para combater os efeitos da inflação).

No ano de 2024, a Divisão de Enquadramento trabalhou 12.866 Atividades na Visão 360, que se tornou o único canal de entrada para beneficiários e contribuintes a partir de novembro de 2023.

Com efeitos, os requerimentos rececionados nos balcões de atendimento são convertidos em Atividades;

Os pedidos registados na Segurança Social Direta são convertidos em Atividades;

A correspondência recebida por correio é convertida em Atividades.

O registo em SGC está restrito a trocas de informação com outros serviços de Administração Pública Regional e pedidos de informação de Tribunais e órgão de polícia criminal.

Se analisarmos a carga de trabalho na Segurança Social Direta, por equipas, verifica-se:

Entidades Empregadoras equipa 2334 1º semestre

4433 atividades forma concluídas e encontram-se no estado fechado no 1º semestre.

Prazo médio de conclusão 2,78 dias.

Prazo mais curto no próprio dia (valor zero) ou dia seguinte (1 dia).

Prazo mais logo 200 dias, relativo a “Inscrição e cessação do Serviço Doméstico”, em que a atividade esteve suspensa pelo motivo “Falta de elementos. Aguardamos informação de outro serviço do ISS”.

Entidades Empregadoras equipa 2334 2º semestre

4755 atividades forma concluídas e encontram-se no estado fechado no 2º semestre.

Prazo médio de conclusão 3,43 dias.

Prazo mais curto no próprio dia (valor zero) ou dia seguinte (1 dia).

Prazo mais logo 155 dias, relativo a “Comunicar uma alteração ou nova informação”, em que a atividade esteve suspensa pelo motivo “Comunicar uma alteração ou nova informação”.

Total equipa 2334 no ano de 2024 – 9.188 processos/requerimentos, prazo médio de conclusão 3,105 dias (seguidos).

Por assuntos, verifica-se que os principais foram:

Admissão e cessação de trabalhadores

Contactos e outros dados

Inscrição e cessação do Serviço Doméstico

Membros de Órgãos Estatutários

Morada

NISS - cidadão estrangeiro

Pessoa Coletiva/Entidades Empregadoras

NOTA – todos os assuntos com menos de 100 atividades anuais, não foram contabilizados, por se considerarem residuais.

Trabalhadores Independentes e PAA's equipa 2335 1º semestre

1331 atividades forma concluídas e encontram-se no estado fechado no 1º semestre.

Prazo médio de conclusão 8,94 dias.

Prazo mais curto no próprio dia (valor zero) ou dia seguinte (1 dia).

Prazo mais logo 176 dias, relativo a “Apoio Social, Outros benefícios – obter informação genérica” em que a atividade esteve suspensa pelo motivo “Constrangimento aplicacional”.

Principais assuntos:

Evento de vida – trabalhadores independentes 1220 em 1331 atividades.

Trabalhadores Independentes e PAA's equipa 2335 2º semestre

1776 atividades forma concluídas e encontram-se no estado fechado no 2º semestre.

Prazo médio de conclusão 10,18 dias.

Prazo mais curto no próprio dia (valor zero) ou dia seguinte (1 dia).

Prazo mais logo 138 dias, relativo a “Carreira Contributiva – comunicar uma alteração ou nova informação” em que a atividade esteve suspensa pelo motivo “Falta de elementos. Aguardamos informação de outro serviço do ISS”.

Principais assuntos:

Admissão e cessação de trabalhadores.

Enquadramento e isenção.

Pagamento de contribuições.

Regime Especial Produtores Agrícolas (Aplicável nos Açores).

Trabalhadores Independentes – Agrícolas.

Total equipa 2335 no ano de 2024 – 3.107 processos/requerimentos, prazo médio de conclusão 9.56 dias (seguidos).

Relações internacionais e informações equipa 2336 1º semestre

731 atividades forma concluídas e encontram-se no estado fechado no 1º semestre.

Prazo médio de conclusão 7,02 dias.

Prazo mais curto no próprio dia (valor zero) ou dia seguinte (1 dia).

Prazo mais logo 129 dias, relativo a “Desemprego – Série U – Obter informação genérica” em que a atividade esteve suspensa pelo motivo “Falta de elementos. Solicitada informação/ documentação a cidadão/ empresa”.

Principais assuntos:

Cartão Europeu de Seguro de Doença – 613 de 731.

Relações internacionais e informações equipa 2336 2º semestre

612 atividades forma concluídas e encontram-se no estado fechado no 2º semestre.

Prazo médio de conclusão 9,32 dias.

Prazo mais curto no próprio dia (valor zero) ou dia seguinte (1 dia).

Prazo mais logo 190 dias, relativo a “Desemprego – Comunicar uma nova informação ou alteração” em que a atividade esteve suspensa pelo motivo “Falta de elementos. Solicitada informação/ documentação a cidadão/ empresa”.

Principais assuntos:

Cartão Europeu de Seguro de Doença.

Medidas Excepcionais de Apoio às Famílias.

Total equipa 2336 no ano de 2024 – 1.343 processos/requerimentos, prazo médio de conclusão 8,17 dias (seguidos).

Esta equipa, além da Visão 360 também tem a seu cargo na Segurança Social Direta o destacamento de trabalhadores e determinação de legislação aplicável para trabalhadores que exercem a sua atividade em dois ou mais estados (processo DLA). No ano de 2024 trabalharam 132 processos de DLA na SSD.

2.4.3 Divisão de Prestações Pecuniárias - Regime de Solidariedade e Proteção Familiar

Atividades Desenvolvidas no âmbito do Núcleo de Prestações do Subsistema de Solidariedade (NPSS)

Atividades desenvolvidas em 2024

- Análise e tratamento de novos requerimentos das prestações do NPSS

RSI = 1.648

PSI = 1.163

SRF = 18 (estatística manual)

CSI = 2.036

Total de requerimentos novos entrados em 2024 = 4.865

- Resposta a pedidos relacionados com as prestações de NPSS:

Distribuições SGC tratadas em 2024: 425

Atividades Visão 360 tratadas em 2024: 6.497 (RSI: 2.995, PSI: 1.461, CSI: 2.041)

Total de pedidos tratados em 2024: 6.922.

- Desenvolvimento de ações formação sobre prestações do âmbito do NPSS.

Data da realização: ano de 2024. Nas ações participaram colaboradores do DAS e entidades externas.

- Apoio à entidade certificadora da PSI.

Atividades Desenvolvidas no âmbito do Núcleo de Prestações do Subsistema de Proteção Familiar (NPSPF)

Atividades desenvolvidas em 2024

- Análise e tratamento de novos requerimentos das prestações familiares

Abono de família pré-natal = 2.025

Abono de família para crianças e jovens = 2.924

Bonificação por deficiência = 310

Subsídio por assistência de terceira pessoa = 61

Subsídio por frequência de estabelecimento de educação especial = 3.068

Subsídio de funeral = 487

Subsídio de lar = 6

Total de requerimentos novos entrados em 2024: 8.881

- Tratamento e resposta a pedidos relacionados com as prestações familiares.

Distribuições SGC tratadas em 2024: 1.401(PF:760; SEE:235; Outro: 406).

Atividades Visão 360 tratadas em 2024: 11.858 (PF: 7.702; SEE: 3.686; Outro: 470)

Total de pedidos tratados em 2024: 13.259

- Apoio na gestão do Programa Nascer Mais 2024 (avaliação das candidaturas, emissão de propostas de decisão, registo dos processos na Dignitude e elaboração de relatórios de execução).

Total de processos tratados em 2024: 1.659

- Acompanhamento na implementação e funcionamento das equipas multidisciplinares de avaliação médico-pedagógica responsáveis pela verificação das condições de atribuição da bonificação por deficiência e do subsídio de educação especial na Região Autónoma dos Açores.

2.4.4 Divisão de Prestações Pecuniárias - Regime Previdencial.

A Divisão de Prestações Pecuniárias do Regime Previdencial (DPPRP) é constituída por dois Núcleos, o Núcleo de Desemprego e Subsídios Extraordinários (NDSE) e o Núcleo de Doença e Maternidade (NDM).

NDM – Núcleo de Doença e Maternidade (NDM)

Em 2024 o NDM (grupo 2231) trabalhou cerca de 16.013 atividades e 918 SGC's.

NDSE – Núcleo de Desemprego e Subsídios Extraordinários

Relativamente ao ano de 2024 foram trabalhadas o total de 20405 atividades, distribuídas da seguinte forma:

Desemprego

- 12.714 atividades

- 992 SGC's

Apoio Judiciário

- 7691 atividades

- 246 SGC's

Foram também trabalhados 18 processos de Fundo de Garantia Salarial.

2.4.5 Divisão de Prestações Diferidas

As principais atividades da DPD, durante o ano de 2024, foram as seguintes.

- 1 – Instrução e organização dos processos de atribuição de prestações diferidas por invalidez, velhice, benefícios por morte e dependência;
- 2 – Instrução e organização dos processos e atribuição do complemento regional de pensão;
- 3 – Assegurar o processo da prova de rendimentos e residência do complemento regional de pensão;
- 4 – Gestão da atribuição e manutenção do complemento para aquisição de medicamentos pelos idosos – COMPAMID;
- 5 – Organizar e assegurar a realização da verificação de incapacidades permanentes; articular com os serviços de Saúde para a verificação de incapacidades temporárias; organizar e assegurar a realização das reuniões das equipas multidisciplinares para atribuição de subsídios de bonificação por deficiência e educação especial;
- 6 – Participação nas reuniões semanais ou quinzenais e testes piloto, com o Instituto de Informática e Centro Nacional de Pensões, para a conclusão da fase dois do novo sistema de informação de pensões, relativas aos benefícios por morte de pensão de sobrevivência e subsídio por morte;
- 7 – Participação nas reuniões de preparação, com o Instituto de Informática e Centros Distritais, para melhorar a aplicação do serviço de verificação de incapacidades,
- 8 – Participar nas reuniões de preparação, com o Instituto de Informática e Centros Distritais, para a construção de uma aplicação para a gestão do complemento por dependência;
- 9 – Participação nas reuniões de preparação do projeto “Simuladores das Prestações Sociais”;
- 10 – Todas as restantes atividades relacionadas com a manutenção e atualização de dados nas respetivas bases de dados;
- 11 - Admissão de um técnico superior por tempo indeterminado, após processo concursal.

2.5 Processo Executivo

De acordo com as competências atribuídas ao Núcleo de Processo Executivo, no que concerne à instrução e gestão dos processos executivos no âmbito da execução de dívidas à Segurança Social, encontram-se em tratamento, 75.644 processos executivos, a que correspondem 13.594 executados, numa dívida global de 228.536.213,22€.

No ano de 2024 foram instaurados cerca de 12.342 processos, a que corresponde um montante de quantia exequenda de 25.254.861,00€ e, foram extintos 11.901 processos, num montante arrecadado de 18.488.230,38€.

É de se registar o intenso trabalho junto dos contribuintes e um acompanhamento constante, que se traduz, também, no elevado número de planos prestacionais, que à data são de 8.442, representando um valor de quantia exequenda de 42.946.641,78€, a que acrescem juros e custas.

Importa referir que em 2024 foram celebrados 4.366 acordos, que representam de quantia exequenda o montante de 9.717.618,03€, a que acrescem juros e custas.

A exigência, aos executados, da prestação de garantia idónea para celebração/deferimento dos planos prestacionais, a partir dos montantes de 5.000€ para as pessoas singulares e 10.000€ para as pessoas coletivas, nos termos do disposto nos artigos 198.º e 199.º do Código de Procedimento Tributário (doravante CPPT), contribuem para o elevado valor de pagamentos por conta.

Foram implementados procedimentos de forma a serem analisadas as prescrições oficiosas, pois devido ao enorme volume e redução de pessoal essa situação não era possível de ser trabalhada, bem como intensificada a cobrança coerciva das dívidas com grande incidência nas penhoras bancárias, as quais cumprem com o disposto no artigo 223.º do CPPT.

Relativamente às reversões, o chamamento à execução dos responsáveis subsidiários para o pagamento da dívida foi cumprido e realizado nos termos do disposto no artigo 23.º da Lei Geral Tributária e do artigo 153.º do CPPT, e, como tal, encontram-se efetuadas 12.824 reversões.

Participamos nas atividades desenvolvidas pelo Instituto de Informática da Segurança Social bem como pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, de forma a acompanharmos e melhorarmos a nossa atuação, permitindo aos contribuintes um tratamento justo e equitativo em todo o território nacional não descuidando da especificidade da região, permitindo assim propor soluções legalmente previstas, mas capazes de contribuir para a sustentabilidade do sistema de Segurança Social, focando sempre na receita.

É de registar que as Seções de Processo da Segurança Social em 2024 iniciaram a cobrança das dívidas das CPAS (CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS ADVOGADOS E SOLICITADORES), sendo expectável que as coimas relativas à Inspeção Regional de Trabalho, (no continente Português ACT (Autoridade para as condições do Trabalho)), tenham início no ano de 2025.

Atendendo ao elevado número de processos e de forma a poder ser dado seguimento à tramitação legalmente definida, o Núcleo de Processo Executivo teve a sua equipa reforçada em 2024 com 2 novos elementos, necessitando de mais elementos de forma a garantir não só o devido tratamento de todos os processos que já se encontram ativos, bem como daqueles que irão ser instaurados, garantindo dessa forma uma cobrança efetiva das dívidas mais célere e eficaz.

2.6 Gestão Financeira, Orçamento e Conta

O Departamento de Gestão Financeira, Orçamento e Conta (DGFOC), cujas competências estão definidas nos Artigos 29.º a 31.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 2/2014/A de 24 de janeiro, evidencia as principais atividades desenvolvidas em 2024:

Conta

Tendo sido implementado o Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas (SNC-AP), em simultâneo com a implementação do novo sistema informático de informação financeira, em 2023, o ano de 2024 foi ainda pautado pelo tratamento e resolução de constrangimentos na referida implementação.

Orçamento

Foi elaborada proposta de orçamento para 2025, no âmbito da segurança social, pelo valor total na ordem dos 449.620.8505. Foi apresentada a proposta para o Orçamento da Região Autónoma dos Açores, no valor de 33.922.000€.

Foi executado 95% do orçamento OSS, sendo o valor de dotações de 847.945.706€ e executado 76% do ORAA, cujo dotação era de 25.405.379,25€.

Gestão Financeira

a) Banca

- Foi iniciado em 2024 o procedimento de implementação da modalidade de IBAN virtual, para arrecadação dos recebimentos no âmbito de SEF, contribuições e dívidas de prestações sociais. A 03.02.2025 foi implementado o procedimento para o recebimento das contribuições e dívidas de prestações, estando em curso o procedimento relativo ao processo executivo.
- A articulação para a remuneração dos saldos em depósitos à ordem originou 341.464€ de receitas em juros.

b) Tesourarias

- Foi efetuada atualização dos TPA's nas tesourarias da segurança social, permitiu o recebimento por MBWAY.
- Em 2024 procedeu-se à substituição de mais 14 equipamentos TPA's, garantindo que todas as tesourarias da segurança social passassem a ter ligação interface à aplicação informática de Gestão de Tesouraria (GT), garantindo o automatismo do valor a pagar diretamente para o equipamento.
- Deu-se continuidade ao procedimento de utilização de cartões recarregáveis, tendo sido abrangida mais uma tesouraria em 2024, considerando a vantagem da rápida disponibilidade de abastecimento de caixa.

c) Prestações Sociais

- No âmbito do registo e deferimento dos planos prestacionais de dívidas de prestações sociais, em 2024 foram registados 1.682 planos em APP, menos 549 planos do que em 2023, considerando a suspensão das dívidas enquanto se verificar que o devedor tem rendimentos mensais inferiores ao valor da retribuição mínima mensal garantida (Decreto-Lei n.º 3/2024, de 5 de janeiro). Também em 2024 houve alterações nas condições de registo de PP e prescrição de acordo com os novos requisitos no âmbito sistema APP – Acordo Plano Prestacional com limites no número de registos de PP e indeferimento do plano prestacional aos beneficiários com antecedentes de incumprimento, registados nos últimos 2 anos
- Foi implementada a nova funcionalidade de Acordos e Planos Prestacionais na PTSS, permitindo ao cidadão e ao funcionário efetuar o registo, consultar planos prestacionais e emitir documentos de pagamento através da Segurança Social Direta, proporcionando acessos mais céleres.
- Foi implementado o procedimento de validação de IBANS, para os pedidos de alteração que não tenham origem no atendimento presencial. Medida temporária de combate à fraude, até concluído o procedimento de autenticação forte para alteração de IBANS, em desenvolvimento pelo II.
- Em agosto de 2024, entrou em produtivo a nova frame AP SICC INTSIF SICC, que permite que as AP's, depois de autorizadas, sejam contabilizadas de forma automática à semelhança das restantes operações do interface SICC.

d) Visão 360º

A visão 360º ficou disponível em finais de 2023, mas foi no durante o ano de 2024 que efetivamente houve a integração dos colaboradores, tendo sido efetuadas algumas adaptações na equipa de forma a garantir a celeridade e facilidade na resposta ao cidadão através do canal e-clic, permitindo ao mesmo aceder e acompanhar, o estado dos seus pedidos à Segurança Social, nomeadamente:

- Planos prestacionais referente a dívidas de prestações sociais;
- Inserção e alteração de IBAN` S. Foram alteradas as regras, quem regista não valida. A validação passou a ser obrigatória.
- Esclarecimentos de pagamentos;
- Suspensão temporária de dívida de prestações;
- Prescrição de dívidas de prestações;
- Pedidos de reemissão de prestações;
- Restituições no âmbito do processo executivo; Só em 2024 é que efetivamente foi direcionada a resposta através da visão 360.

- Tratamento de Reclamações no âmbito das Fraudes Informáticas. Foi dada resposta a solicitações e reclamações através da Visão 360º ao cidadão permitindo uma resposta mais rápida.

e) Outras Atividades

- Foi integrado 1 novo técnico superior, no núcleo de controlo de operações financeiras (NCOF).
- Foi nomeado novo coordenador para a coordenação do NCOF.
- Elaboradas e alteradas instruções de trabalho no âmbito das atividades do DGFOC e interligadas com outros departamentos.

3. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

3.1 Balanço

3.1.1 Ativo

Quadro 3.1.1 Ativo - Comparativo

ATIVO	31-12-2024	31-12-2023	Unidade Monetária: Euro	
			Variação	
			Absoluta	%
Não Corrente	36.991.061	35.580.641	1.410.420	4%
Ativos fixos tangíveis	22.977.043	24.522.328	-1.545.285	-6%
Propriedades de investimento	10.383.803	10.808.659	-424.856	-4%
Ativos intangíveis	3.776	249.654	-245.879	100%
Clientes, contribuintes e utentes	1.422.178	0	1.422.178	100%
Outras contas a receber	2.204.261	0	2.204.261	100%
Corrente	741.007.441	763.210.455	-22.203.014	-3%
Inventários	0	66.629	-66.629	-100%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	39.116	41.236	-2.120	-5%
Clientes, contribuintes e utentes	530.554.570	516.287.765	14.266.805	3%
Outras contas a receber	49.215.680	41.087.445	8.128.235	20%
Diferimentos	36.038	36.038	0	0%
Caixa e depósitos	161.162.037	205.691.342	-44.529.306	-22%
TOTAL ATIVO	777.998.502	798.791.096	-20.792.594	-3%

O Ativo do ISSA, IPRA, apresenta, em 31 de dezembro de 2024, um total de 777.998.502€, tendo tido um decréscimo de cerca de 3%, comparativamente ao período homólogo de 2023.

O total dos ativos fixos tangíveis regista 22.977.043€, que resulta da diferença entre o ativo bruto, no montante de 36.399.051€, e as suas depreciações acumuladas, com um total de 13.422.008€, sendo composto por 55% referente a edifícios, 38% terrenos e 3% de equipamento administrativo e 4% outros.

O total das propriedades de investimento, que representam cerca de 28% do ativo não corrente, assume o valor, em 2024 de 10.383.803€, resultante da diferença entre o ativo bruto, no montante de 10.412.659€, e as suas depreciações acumuladas, com um total de 28.856€. Mais de 89% das propriedades de investimento são referentes a terrenos. Houve a diminuição de 396.000€ em propriedades de investimento, em 2024, com origem na venda de 16 lotes na ilha de São Miguel.

Relativamente aos ativos intangíveis, foi amortizado, em 2024, o licenciamento dos postos de trabalho e infraestrutura de produtividade, considerando que o licenciamento se destinava ao ano económico de 2024.

Os devedores por transferência e subsídios, não reembolsáveis, incluem os de fundo de garantias devidos a menores.

A dívida na rubrica Clientes, contribuintes e utentes, no total de 530.554.570€, inclui 382M€ referente ao regime de Segurança Social por conta de outrem, e 96M€ de dívida no âmbito do regime de trabalhadores independentes.

No final de 2024, as disponibilidades assumiam o valor de 161M€, com uma variação negativa de 22%, face a 2023. Esta variação tem origem no aumento de transferências para o Instituto de Gestão Financeira, IP.

3.1.2 Património Líquido e Passivo

Quadro 3.1.2 Património Líquido e Passivo - Comparativo

PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO	31-12-2024	31-12-2023	Unidade Monetária: Euro	
			Variação	
			Absoluta	%
PATRIMÓNIO LÍQUIDO	771.534.550	794.873.773	-23.339.224	-3%
Reservas	2.164.348	2.164.348	0	0%
Resultados transitados	794.568.817	747.943.404	46.625.412	6%
Outras variações no Património Líquido	-1.903.361	-20.163.130	18.259.769	-91%
Resultado líquido do período	-23.295.254	64.929.152	-88.224.405	-136%
PASSIVO	6.463.953	3.917.323	2.546.630	65%
Passivo Não Corrente				
Passivo Corrente				
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	1.860	283	1.577	558%
Fornecedores	542.508	3.904	538.604	100%
Estado e outros entes públicos	110.676	447	110.230	100%
Fornecedores de investimentos	0	487	-487	100%
Outras contas a pagar	5.349.808	3.387.839	1.961.969	58%
Diferimentos	459.099	524.363	-65.264	-12%
TOTAL PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO	777.998.502	798.791.096	-20.792.594	-3%

O Património Líquido, quando comparado com 2023, apresentam um decréscimo no montante de 20.793M€, considerando a variação do Resultado Líquido do Exercício (RLE).

O RLE de 2024, assume o valor negativo de 23.295.254€, tendo sido, em 2023, no montante positivo de 64.929.152M€.

A variação dos resultados transitados, em 2024, inclui \pm 64.929.152€, do RL de 2023, e 18.303.739€ de regularização de transferências de ativos com o Instituto da Segurança Social, IP.

A rubrica de maior expressão no passivo é a de outras contas a pagar, cujo aumento inclui 1.552m€ de dívida no âmbito do Orçamento da Região Autónoma dos Açores.

O aumento do valor na rubrica “Fornecedores”, prende-se com a dívida à Finanfarma, relativamente à ação regional “Nascer Mais”, cujo pagamento ocorre após recebimento de transferência da Região Autónoma dos Açores.

A dívida ao Estado em 2024, refere-se ao pagamento de impostos e retenções a pagar em janeiro de 2025, com referência a dezembro de 2024.

3.2 Demonstração de Resultados

3.2.1 Rendimentos

O total dos rendimentos, em 2024, foi 586.846.970€, enquanto, em 2023, foi de 535.340.268€. A sua distribuição, por natureza de proveitos, apresenta-se no quadro seguinte, sendo que, quando comparados, constata-se uma variação positiva de 10%.

Quadro 3.2.1 - Rendimentos - Distribuição por natureza - Comparativo

RENDIMENTOS	31-12-2024	%	31-12-2023	%	Unidade Monetária: Euro	
					Variação	
					Absoluta	%
Impostos, contribuições e taxas	503.609.140	86%	439.665.425	82%	63.943.715	15%
Prestações de serviços e concessões	109.209	0,0%	107.011	0%	2.198	2%
Transferências e subsídios correntes obtidos	3.822.518	0,7%	4.429.179	1%	-606.661	-14%
Outros rendimentos	75.296.103	13%	89.108.642	17%	-13.812.539	-16%
Juros e rendimentos similares obtidos	4.010.000	0,7%	2.030.010	0,4%	1.979.989	98%
	586.846.970		535.340.268		51.506.702	10%

As contribuições representam 86% dos rendimentos obtidos, em 2024, tendo-se verificado um aumento de 15%, face a 2023. As contribuições, no âmbito da entidade empregadora, representam 58% dos rendimentos de contribuições e taxas, seguindo-se as quotizações, com 28%, e as contribuições dos trabalhadores independentes, com uma representação de 3%.

As prestações de serviços incluem o valor da comparticipação familiar recebida, no âmbito das famílias de acolhimento, considerando o aumento do número dos recebimentos (ver ponto 4.1).

As transferências e subsídios correntes obtidos, incluem os rendimentos, cujo recebimento foi efetuado pelo IGFSS, IP.

A rubrica outros rendimentos, representa 13% do total de rendimentos, tendo-se verificado um decréscimo de 16%. As regularizações a contribuições declaradas, no valor de 53.6M€, representam 71%, e as transferências do ORAA, no valor de 18.8M€, representam 25%.

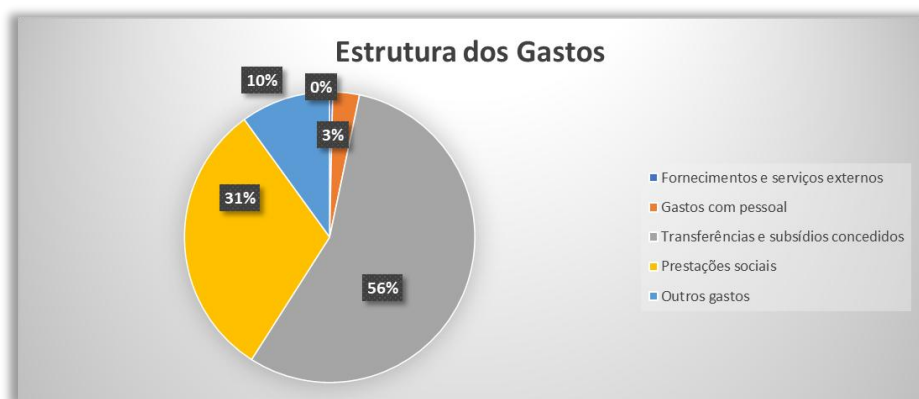
3.2.2 Gastos

O total dos gastos do exercício de 2024, apresentam um acréscimo de 30%, sendo o seu total de 610M€, enquanto, em 2023, o seu montante se cifrou em 470M€. A sua distribuição, por natureza de custos, apresenta-se no quadro e gráfico seguintes:

Quadro 3.2.2 - Gastos - Distribuição por natureza - Comparativo

GASTOS	31-12-2024	%	31-12-2023	%	Variação	
					Absoluta	%
CMVMC	95.666	0%	28.693	0%	66.973	233%
Fornecimentos e serviços externos	2.057.742	0%	4.314.144	1%	-2.256.402	-52%
Gastos com pessoal	18.036.521	3%	16.813.026	4%	1.223.494	7%
Transferências e subsídios concedidos	338.526.030	55%	194.170.561	41%	144.355.469	74%
Prestações sociais	187.986.846	31%	186.696.650	40%	1.290.197	1%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	1.561.166	0%	3.060.326	1%	-1.499.160	-49%
Outros gastos	60.751.601	10%	64.695.926	14%	-3.944.325	-6%
Gastos/reversões depreciação e amortização	1.126.651	0%	631.415	0%	495.236	78%
Juros e gastos similares suportados	0	0%	376	0%	-376	100%
	610.142.223,29		470.411.116		139.731.107	30%

Gráfico 3.2.2 - Estrutura de Gastos - Peso 2024



A diminuição significativa dos gastos com fornecimento e serviços externos, prende-se com a aquisição de bens alimentares para a composição dos cabazes, no âmbito do FEAC - Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciada, que ocorreu em 2023. O referido programa não ocorreu em 2024.

Os gastos com pessoal representam 3% dos gastos totais, sendo a sua variação explicada no ponto 4.3.1 - Despesas com pessoal.

Os gastos com maior peso são as transferências e subsídios concedidos, com a representação de 55% da totalidade dos gastos. Do valor de 2024, 63% referem-se às transferências de excedentes para o IGFSS, IP, e 33% às transferências e subsídios atribuídos às IPSS's.

Os gastos com as prestações sociais representam 31% da totalidade, sendo os subsídios de doença (18%), de abono de família (14%), prestação social para a inclusão (11%) e de desemprego (10%), os com maior representação nos gastos das prestações sociais.

A rubrica "outros gastos", com a ponderação de 10% dos gastos totais, inclui 55M€ (90%) de regularizações a contribuições declaradas, e 3.2M€ de dívidas incobráveis (5%).

3.3 Indicadores Económico-Financeiros

Quadro 3.3 - Indicadores de Liquidez - Comparativo

INDICADORES LIQUIDEZ	FÓRMULA DE CÁLCULO	31-12-2024	31-12-2023
Liquidez Geral	Ativo corrente (ou CP) / Passivo corrente (ou CP), sendo que: Ativo corrente = Inventários + Créditos de Curto Prazo + Disponibilidades	114,64	114,64
Liquidez Reduzida	Ativo corrente - Inventários / Passivo corrente (ou CP)	114,64	114,64
Liquidez Imediata	Disponibilidades (ou meios financeiros líquidos) / Passivo Corrente (ou CP)	24,93	24,93

INDICADORES RENTABILIDADE	FÓRMULA DE CÁLCULO	31-12-2024	31-12-2023
Rentabilidade operacional do Volume de Negócios (ROVN)	Resultados operacionais (EBIT) / Volume de negócios * 100	-5%	14%
Taxa de Margem Bruta (TMB)	Margem Bruta / Volume de Negócios * 100, sendo que: Margem bruta = vendas – custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	0,00%	0,00%
Resultados Líquidos/ Património Líquido * 100	Disponibilidades (ou meios financeiros líquidos) / Passivo Corrente (ou CP)	-3%	8%
Rentabilidade Operacional do Ativo (ROA)	Resultados operacionais (EBIT) / Ativo * 100	-4%	8%

INDICADORES ATIVIDADE	FÓRMULA DE CÁLCULO	31-12-2024	31-12-2023
Grau de Rotação do Ativo (GRA)	Volume de Negócios/ Ativo	0,65	0,65
Prazo Médio de Inventários (PMI)	Saldo Médio Inventários/ Saldo médio Custo das vendas * 365	0,00	0,00
Prazo Médio de Recebimentos (PMR)	Saldo Médio Clientes / Saldo Médio Volume de Negócios * 365	384,45	384,45
Prazo Médio de Pagamentos (PMP)	Saldo médio Fornecedores/ Saldo médio (Compras + FSE) * 365	96,23	96,23
Prazo Médio de Pagamentos (PMP) - Programa Pagar a Tempo e Horas	Saldo médio (Fornecedores + Fornecedores Imobilizado) / Saldo médio (Compras + FSE + Aquisição de imobilizado) * 365	96,23	96,23

INDICADORES ESTRUTURA FINANCEIRA	FÓRMULA DE CÁLCULO	31-12-2024	31-12-2023
Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo	0,99	0,99
Solvabilidade	Património Líquido/Passivo	119,36	119,36
Grau de cobertura dos gastos financeiros	Resultados operacionais/ Gastos Financeiros	0	167.250,36
Endividamento	Passivo/Ativo	0,01	0,008

3.4. Indicadores Orçamentais

Quadro 3.4 - Indicadores Orçamentais - Comparativo					
INDICADORES ORÇAMENTAIS	FÓRMULA DE CÁLCULO	31-12-2024	31-12-2023	Variação	
				Absoluta	%
Grau de Execução Orçamental da receita	Receita cobrada líquida/ Previsões corrigidas	1,03	1,04	-0,02	-1%
Grau de Execução Orçamental da despesa	Despesa paga líquida/ Dotações corrigidas	0,94	0,96	-0,02	-2%
Indicador de estrutura da receita efetiva	Receita cobrada efetiva/ Total receita cobrada efetiva	1,00	1,00	0,00	0%
Indicador de estrutura da despesa efetiva	Despesa paga efetiva/ Total despesa paga efetiva	1,00	1,00	0,00	0%
Saldo Corrente	Receita corrente - Despesa corrente	-64.995.868,53 €	9.600.285,16 €	-74.596.153,69 €	-777%
Saldo de Capital	Receita de capital - Despesa de capital	17.427.643,85 €	21.313.086,80 €	-3.885.442,95 €	-18%
Saldo Primário	Receita efetiva - Despesa efetiva + Juros e outros encargos	75.932.767,56 €	35.479.172,48 €	40.453.595,08 €	114%
Saldo Global	Receita efetiva - Despesa efetiva	75.937.754,47 €	35.448.516,00 €	40.489.238,47 €	114%
Grau de Realização das Liquidações	Recebimentos / Liquidações	0,80	0,80	-0,01	-1%
Grau de Execução das Obrigações	Pagamentos/Obrigações	1,00	1,00	0,00	0%

4. ANÁLISE ORÇAMENTAL

4.1 – Receita

No quadro seguinte, apresenta-se a receita agregada, por classificação económica, com evidência da ponderação em relação ao tipo de receita, e com a variação de 2023 para 2024.

Quadro 4.1 - Receita por grandes rubricas de classificação económica - Comparativo

Económica		Receitas	Unidade Monetária: Euro					
			31-12-2024	%	31-12-2023	%	Variação	
							Absoluta	%
	Receitas Correntes	480.190.254 €	53%	412.084.858 €	94%	68.105.396 €	17%	
3	Contribuições para a Segurança Social	468.244.951 €	97,5%	403.539.405 €	97,9%	64.705.546 €	16%	
4	Taxas, multas e outras penalidades	3.270.895 €	0,7%	2.445.080 €	0,6%	825.815 €	34%	
5	Rendimentos da propriedade	4.657.700 €	1,0%	1.470.003 €	0,4%	3.187.697 €	217%	
6	Transferências correntes	3.554.327 €	0,7%	4.429.749 €	1,1%	-875.422 €	-20%	
7	Vendas de bens e serviços correntes	115.398 €	0,0%	110.065 €	0,0%	5.334 €	5%	
8	Outras receitas correntes	346.983 €	0,1%	90.557 €	0,0%	256.426 €	283%	
	Receitas de Capital	294.174.730 €	33%	23.521.634 €	5%	270.653.096 €	1151%	
9	Venda bens investimento	396.000 €	0,1%	50 €	0%	395.950 €	791900%	
10	Transferência de capital	18.778.730 €	6,4%	23.521.584 €	100%	-4.742.854 €	-20%	
13	Out.receitas capital	0 €	0,0%	0 €	0%	0 €	0%	
11	Activos Financeiros	275.000.000 €	93,5%	0 €	0%	275.000.000 €	100%	
	Outras Receitas	123.505.979 €	14%	4.535.144 €	1%	118.970.835 €	2623%	
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	2.912.735 €	2,4%	3.145.469 €	69,4%	-232.734 €	-7%	
16	Saldo gerência anterior	120.593.244 €	97,6%	1.389.675 €	30,6%	119.203.569 €	8578%	
Receita Total do Sistema		897.870.963 €		440.141.635 €		457.729.328 €	104%	

Receitas Correntes

Representando cerca de 98% das receitas correntes, e cerca de 52% das receitas totais, as **contribuições** para a segurança social aumentaram 16%, de 2023 para 2024, tendo como origem o incremento de 10% em quotizações dos trabalhadores (mais 13M€), e 19% das contribuições das entidades patronais (mais 52M€).

A cobrança dos juros de mora, no âmbito do pagamento tardio das contribuições, representam 85% do acréscimo dos 34% na rubrica **taxas, multas e outras penalidades**, tendo -se verificado um aumento desses juros no valor de 702m€.

Na rubrica **rendimento de propriedade**, os sucessivos aumentos das taxas de juros de aplicações, em depósitos a prazo, contribuíram para o acréscimo de mais de 3.287m€, de 2023 para 2024.

As receitas, com origem nas **transferências correntes**, diminuíram 20%, considerando o decréscimo dos recebimentos de contribuições, pelo IGFSS, IP, referente a contribuintes dos Açores.

No âmbito da rubrica **venda de bens e serviços correntes**, verifica-se um ligeiro aumento de 5%, sendo que 41% desse acréscimo refere-se à comparticipação familiar recebida no âmbito das famílias de acolhimento, e os restantes 59% do ressarcimento do serviço de verificação de incapacidade permanente.

A receita registada, em 2024, em **outras receitas correntes**, refere-se ao recebimento do reembolso da candidatura POAPMC-01-74F1-FEAC-000005 – Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas.

Receitas de Capital

Em 2024, as receitas de capital representaram 33% das receitas totais, tendo-se verificado um acréscimo de 270.653m€.

Regista-se, na rubrica **vendas de bens de investimento**, o valor 396.000€, referentes à venda de 16 lotes, sítios nos concelhos de Nordeste e Vila Franca do Campo, ilha de S. Miguel.

As **transferências de capital** têm origem nas transferências do Orçamento da Região Autónoma dos Açores (ORAA), para efeitos de execução do plano de investimentos das ações destinadas ao ISSA.

Verificou-se um decréscimo de 20%, de 2023 para 2024, com origem na variação das seguintes ações do plano de investimentos do ORAA:

Variação Receita ORAA					
Ações	Receitas ORAA	2024	2023	Variação	
				Absoluta	%
Ação 6.13.2	FUNDO REGIONAL AÇÃO SOCIAL	9.257.090,00 €	11.608.913 €	-2.351.823 €	-20%
Ação 6.13.3	PROPINAS	150.000,00 €	0 €	150.000 €	100%
Ação 6.13.6	BOLSAS	618.750,00 €	1.031.250 €	-412.500 €	-40%
Ação 6.13.4	COMPAMID	5.651.500,00 €	6.109.209 €	-457.709 €	-7%
Ação 6.13.9	NOVOS IDOSOS	2.483.600,00 €	1.986.800 €	496.800 €	25%
Ação 6.13.8	NAScer MAIS	530.000,00 €	1.125.000 €	-595.000 €	-53%
Ação 2.5.20	CUIDADOR INFORMAL	87.790,00 €	60.412 €	27.378 €	45%
Ação 2.4.3	REDE CUIDADOS CONTINUADOS	- €	1.300.000 €	-1.300.000 €	-100%
Ação 2.2.15	APOIO AQUISIÇÃO COMBUSTIVEL IPSS	0 €	300.000 €	-300.000 €	-100%
Totais		18.778.730 €	23.521.584 €	-4.742.854 €	-20%

Em 2024, foi registado o valor de 275.000€, em **ativos financeiros**, com origem no reconhecimento de receita, aquando do vencimento das aplicações em depósitos a prazo.

Outras Receitas

Está integrado, em outras receitas, o valor de 120.000.000€ referente ao saldo de gerência do Orçamento da Segurança Social, e 593.244€ referente ao saldo de gerência do Orçamento da Região Autónoma dos Açores.

4.2 – Despesa por Classificação Económica

Quadro 4.3 - Despesa por Classificação Económica - Comparativo

Económica						Unidade Monetária: Euro	
		31-12-2024	%	31-12-2023	%	Variação	
						Absoluta	%
Despesas Correntes		545.186.122	66%	402.484.573	99%	142.701.550	35%
01	Despesas com pessoal	17.767.028	3,26%	16.664.285	4,14%	1.102.742	7%
02	Aquisição de bens e serviços	2.064.166	0,38%	4.302.497	1,07%	-2.238.331	-52%
03	Juros e outros encargos	4.987	0,00%	30.656	0,01%	-25.670	-84%
04	Transferência correntes	525.012.217	96,30%	381.183.434	94,71%	143.828.783	38%
05	Subsídios	229.537	0,04%	275.884	0,07%	-46.346	-17%
06	Outras despesas correntes	108.188	0,02%	27.817	0,01%	80.371	289%
Despesas Capital		276.747.086	34%	2.208.547	1%	274.538.539	12431%
07	Aquisição de bens de capital	1.118.242	0%	1.323.549	60%	-205.307	-16%
08	Transferências de capital	628.844	0%	884.998	40%	-256.153	-29%
09	Activos Financeiros	275.000.000,00 €	99%	0	0%	275.000.000	100%
DESPESA TOTAL		821.933.208,50 €		404.693.119,40 €		417.240.089,10 €	103%

4.2.1 Despesas com pessoal

O acréscimo de 7% das despesas com pessoal, de 2023 para 2024, tem origem na atualização de remunerações (aplicação do Decreto-Lei n.º 108/2023, de 22 de novembro), nas medidas de valorização remuneratória (aplicação do Decreto-Lei n.º 84-F/2022, de 16 de dezembro, e do Decreto-Lei n.º 13/2024, de 10 de janeiro), na medida especial de aceleração do desenvolvimento das carreiras (aplicação do Decreto-Lei n.º 75/2023, de 29 de agosto), e na valorização especial dos trabalhadores da administração pública regional dos Açores (prevista no artigo 17.º do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2024/A, de 24 de junho).

4.2.2 Aquisição de bens e serviços

Verifica-se um decréscimo de 52% da despesa de aquisição de bens e serviços, devido ao término, em 2023, da execução da candidatura POAPMC-01-74F1-FEAC-000005 relativa à aquisição de produtos alimentares para a composição dos cabazes, do FEAC.

Relativamente à aquisição de serviços, apura-se uma variação positiva de 8%, sendo os encargos com conservação de bens e os encargos com cobrança de receita, os que mais contribuíram para o respetivo aumento.

4.3.3 Juros e outros encargos

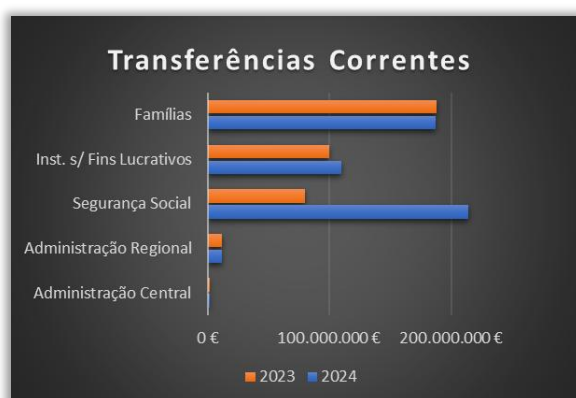
O decréscimo de cerca de 84% na rubrica juros e outros, justifica-se com a transferência para a rubrica D.02, das despesas com a cobrança de receita.

4.3.4 Transferências correntes

Com um peso de cerca de 96,30% das despesas correntes, as transferências correntes sofreram um aumento na ordem dos 38%, de 2023 para 2024, considerando o aumento das transferências no perímetro da segurança social.

O gráfico seguinte, ilustra a variação comparativa pelas grandes rubricas das transferências correntes.

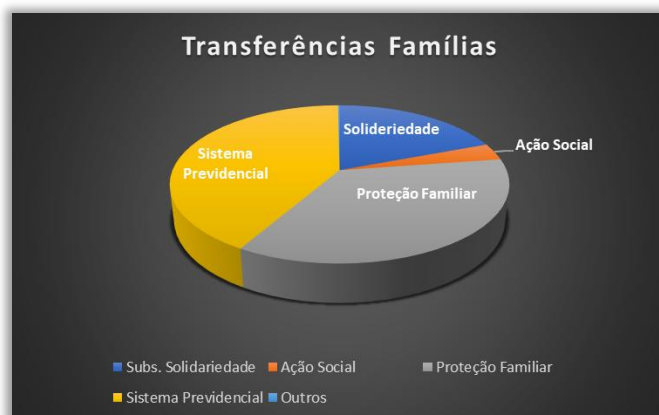
Gráfico 4.3 A - Transferências Correntes



a) *Famílias*

Esta rubrica inclui as transferências para as famílias, no âmbito dos diferentes subsistemas, representando 36% da totalidade das transferências correntes, tendo ocorrido um decréscimo de 0,46%, face a 2023.

Gráfico 4.3 B - Transferências Famílias



As prestações sociais, no âmbito do sistema previdencial, representaram, em 2024, 41% das transferências para as famílias, tendo-se verificado um acréscimo do valor pago, na ordem do 5%, com principal origem no aumento de 13% do subsídio de doença (4.2M€), e no aumento de 8% na prestação social de parentalidade (1.6M€).

A despesa das transferências para proteção familiar, subiram 9% nas prestações sociais de apoio aos encargos familiares, e 7% nos apoios à deficiência. Em 2024, foram transferidos mais de 66M€ para as famílias, no âmbito da proteção familiar, representando 36% do total das transferências para as famílias.

As transferências para as famílias, ao abrigo do subsistema da solidariedade, atingiram 19% das transferências totais para as famílias, menos 22% em 2024 do que em 2023, considerando que, em 2023, tinham sido atribuídos apoios extraordinários às famílias mais vulneráveis, no valor de 8.3M€.

Os apoios familiares, no âmbito da ação social, representaram cerca de 3% das transferências para as famílias, tendo aumentado 8%, face a 2023, considerando o aumento da despesa da medida regional ORAA “Novos Idosos”.

b) Instituições sem fins lucrativos

As transferências para instituições sem fins lucrativos, no valor de 110M€, representaram, em 2024, 21% do total das transferências correntes, mais 10M€ do que em 2023. Esta rubrica inclui os acordos e protocolos celebrados com as instituições particulares de solidariedade social (IPSS).

c) Segurança Social

Inclui as transferências entre as entidades do perímetro da segurança social, sendo as transferências para o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP (IGFSS, IP), as

com maior expressão, já que assumiram, em 2024, o valor de 213.588.398€, do total de 213.791.260€.

Em 2024, foram transferidos mais 133.4M€ para o IGFSS, IP, do que em 2023. As transferências no âmbito da segurança social representaram 41% do total das transferências correntes.

d) Administração Regional

Anualmente, é carregada dotação orçamental na rubrica das transferências, que se destina à transferência para o Fundo Regional do Emprego (FRE), ao abrigo da Lei nº110/2009, de 16 de setembro.

Verificou-se uma variação positiva de 6%, tendo-se transferido para o FRE, em 2024, o valor de 11,9M€.

e) Administração Central

As transferências para a Caixa Geral de Aposentações, relativas às pensões unificadas, assumiram o montante de 1.9M€, em 2024, mais 5% do que em 2023.

4.3.5 Subsídios

As transferências correntes de subsídios referem-se aos subsídios eventuais atribuídos à IPSS. Em 2024, foi atribuído o valor de 229.5m€, cerca de menos 17% do que em 2023, cuja despesa foi de 275.9m€.

4.3.6 Outras despesas correntes

Esta rubrica residual, com o valor de 108.188€, em 2024, incluiu despesas de juros de mora de pagamentos em atraso, no âmbito do COMPAMID (ORAA), e emolumentos pagos ao Tribunal de Contas.

4.3.7 Aquisição de bens de capital

Em 2024, foi investido o valor de 1.1M€ na aquisição de bens de capital, menos 16% do que em 2023. Os principais investimentos de capital, em 2024, foram:

- 582 m€ - Software informático;
- 264 m€ - Equipamento informático;
- 109 m€ - Conservação e reparação de edifícios;
- 89 m€ - Equipamento básico;
- 47 m€ - Aquisição de viaturas.

4.3.8 Transferências de Capital

Em 2024, as transferências de capital resultaram da atribuição de 122 subsídios de capital transferidos para as IPSS, no valor total de 628.844,44€. Em 2023, tinham sido atribuídos 116 subsídios, no valor de 828.997,68€, e incluídos na rubrica de transferências de capital, a transferência de 56.000€ para o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS), resultante da venda de imóvel.

4.3.9 Ativos Financeiros

Em 2024, foram reconhecidos como ativos financeiros as constituições de aplicações financeiras, em depósitos a prazo, no valor de 275.000.000€

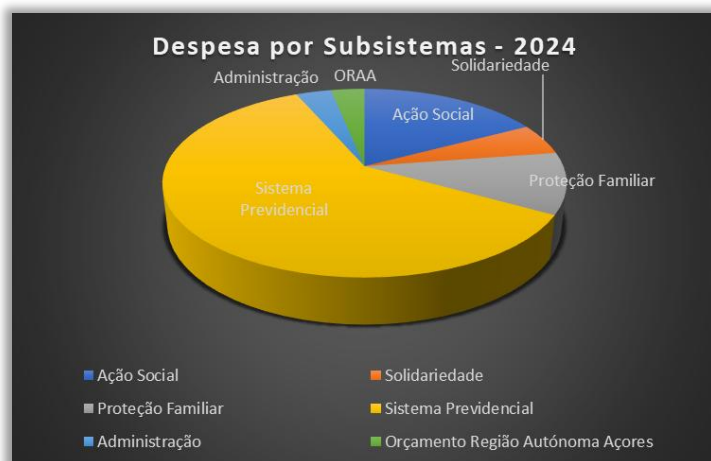
4.4 Despesa por Subsistemas

Evidencia-se no quadro infra, a execução orçamental da despesa, agregada pelos subsistemas da segurança social, administração e orçamento da Região Autónoma dos Açores (ORAA). Da análise, foram excluídas as despesas referentes às transferências entre as instituições da segurança social.

Quadro 4.4 - Despesa por Subsistema - Comparativo

Subsistema	31-12-2024	%		31-12-2023	%	Unidade Monetária: Euro	
						Variação	
						Absoluta	%
Ação Social	104.984.471	17%		93.404.956	29%	11.579.515	12%
Solidariedade	32.628.556	5%		40.784.876	13%	-8.156.320	-20%
Proteção Familiar	63.947.992	11%		59.102.930	18%	4.845.063	8%
Sistema Previdencial	366.818.577	60%		87.926.201	27%	278.892.376	317%
Administração	20.411.625	3%		18.931.434	6%	1.480.191	8%
Orçamento Região Autónoma Açores	19.350.727	3%		24.377.954	8%	-5.027.227	-21%
	608.141.949			324.528.351		283.613.598	87%

Gráfico 4.4 – Despesa por Subsistemas



4.4.1 Ação Social

O subsistema de ação social tem como objetivos fundamentais a prevenção e reparação de situações de carência e desigualdade socioeconómica, de dependência, de disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais, bem como a integração e promoção comunitárias das pessoas, que se concretizam através de:

- a) Serviços e equipamentos sociais;
- b) Programas de combate à pobreza, disfunção, marginalização e exclusão sociais;
- c) Prestações pecuniárias, de caráter eventual e em condições de exceção;
- d) Prestações em espécie.

As despesas de ação social, em 2023, representam 29% da despesa total e, em 2024, 17%, tendo-se verificado um acréscimo de 12%.

Quadro 4.4 - Despesa por Subsistema - Comparativo

Subsistema	31-12-2024	%	31-12-2023	%	Unidade Monetária: Euro	
					Variação	
					Absoluta	%
Ação Social	104.984.471	17%	93.404.956	29%	11.579.515	12%
Solidariedade	32.628.556	5%	40.784.876	13%	-8.156.320	-20%
Proteção Familiar	63.947.992	11%	59.102.930	18%	4.845.063	8%
Sistema Previdencial	366.818.577	60%	87.926.201	27%	278.892.376	317%
Administração	20.411.625	3%	18.931.434	6%	1.480.191	8%
Orçamento Região Autónoma Açores	19.350.727	3%	24.377.954	8%	-5.027.227	-21%
	608.141.949		324.528.351		283.613.598	87%

Evidenciam-se as rubricas com maior ponderação/variação de 2023 para 2024:

- **Acordos de Cooperação IPSS - CCVC'S** – Os contratos de cooperação valor cliente, com valor de despesa em 2024, no montante de 99M€ (Orçamento da Segurança Social-OSS), é a rubrica com maior expressão, representando, em 2024, 94% do total da despesa da ação social, tendo-se verificado um aumento de 15%, com origem na atualização do acordo base e do acréscimo da dotação OSS, uma vez que esta rubrica é financiada pelo OSS, e pelo ORAA.
- **Subsídios de Capital - IPSS** – Atingiu o valor de 629m€, em 2024, menos 24% do que em 2023. Em 2024, foram atribuídos 122 subsídios de capital às IPSS.
- **Subsídios eventuais atribuídos às IPSS** – Em 2024, foram atribuídos 9 subsídios, no valor total de 147m€, menos 71m€ do que o ano anterior, já que em 2023 tinham sido atribuídos 22 subsídios.
- **Protocolos IPSS - Cantinas Sociais** – Não obstante o aumento da comparticipação do valor da refeição, de 3,80€ para 4,30€, o decréscimo de 11.553 refeições servidas refletiu-se na diminuição da despesa, de 208.305€, em 2023, para 184.271€, em 2024.

- **Protocolos IPSS – Emergência Social** – Durante o ano 2024, foram pagos 11 protocolos (mais 2 do que em 2023) no âmbito da emergência social, no valor total de 700m€.
- **Subsídio Eventuais Famílias Carência - SPE** – Representando 2% da despesa do subsistema de ação, os subsídios eventuais às famílias em carência cifraram-se na ordem dos 2M€, menos 6% do que no ano anterior.

4.4.2 Solidarietàade

O subsistema da solidariedade visa assegurar, com base na solidariedade de toda a comunidade, direitos essenciais, por forma a prevenir e a erradicar situações de pobreza e de exclusão, bem como a garantir prestações em situações de comprovada necessidade pessoal ou familiar, não incluídas no sistema previdencial, através da atribuição das seguintes prestações sociais:

- Prestações de rendimento social de inserção;
- Pensões sociais;
- Subsídio social de desemprego;
- Complemento solidário para idosos;
- Complementos sociais;
- Outras prestações ou transferências afetas a finalidades específicas, no quadro da concretização dos objetivos do presente subsistema.

Quadro 4.4 - Despesa por Subsistema - Comparativo

Subsistema	31-12-2024	%	31-12-2023	%	Unidade Monetária: Euro	
					Variação	
					Absoluta	%
Ação Social	104.984.471	17%	93.404.956	29%	11.579.515	12%
Solidarietàade	32.628.556	5%	40.784.876	13%	-8.156.320	-20%
Proteção Familiar	63.947.992	11%	59.102.930	18%	4.845.063	8%
Sistema Previdencial	366.818.577	60%	87.926.201	27%	278.892.376	317%
Administração	20.411.625	3%	18.931.434	6%	1.480.191	8%
Orçamento Região Autónoma Açores	19.350.727	3%	24.377.954	8%	-5.027.227	-21%
	608.141.949		324.528.351		283.613.598	87%

Evidenciam-se as rubricas com maior ponderação/variação de 2023 para 2024:

- **Rendimento Social Inserção** – É a rubrica com maior peso, representando 44% da despesa do subsistema de solidariedade, em 2024. O valor decresceu 3%, face ao ano anterior, considerando a diminuição de 1.499 beneficiários.
- **Subsídio Social de Desemprego** – Em 2024, representou 20% da despesa do subsistema, com o valor de 6.7M€, tendo ocorrido um decréscimo de 19%, face a 2023. O decréscimo de 1.6M€, justifica-se com a diminuição de beneficiários, que passou de 2.894, em 2023, para 2.374, em 2024.

- **Complementos Prestações Sociais** – Incluem complementos de subsídio de doença, de desemprego, de maternidade e complemento de prestações sociais para a inclusão (PSPI). Estes complementos assumiram o valor de cerca de 5.9M€, em 2024, mais 13% do que em 2023, representando 18% do total do subsistema de solidariedade. Ilustra-se, no quadro infra, a ponderação de cada complemento e as respetivas variações:

Complementos Sociais	Unidade Monetária: Euro					
	2024	%	2023	%	Variação	
					Absoluta	%
Complemento Subsídio Doença	18.496	0%	14.425	0%	4.071	28%
Complemento Subsídio Desemprego	477.234	8%	477.818	9%	-585	0%
Complemento Subsídio Doença Maternidade	161.449	3%	145.705	3%	15.744	11%
Complemento PSPI (Prest.Social p/a Inclusão)	5.217.982	89%	4.547.173	88%	670.808	15%
	5.875.160		5.185.121		690.038	13%

- **Apoio Extraordinário à Renda** - Medida implementada em 2023, pelo Decreto-Lei n.º 20-B/2023, de 22 de março, que sofreu um acréscimo de 7% de despesa, atingindo o valor de 3.4M€, em 2024, representando 11% da despesa do subsistema de solidariedade.

4.4.3 Proteção Familiar

O subsistema de proteção familiar visa assegurar a compensação de encargos familiares acrescidos, quando ocorram as eventualidades de encargos familiares, encargos no domínio da deficiência e encargos no domínio da dependência.

As despesas de proteção familiar representam 11% do total da despesa, tendo-se verificado o acréscimo de 8%, de 2023 para 2024.

Quadro 4.4 - Despesa por Subsistema - Comparativo

Subsistema	Unidade Monetária: Euro					
	31-12-2024	%	31-12-2023	%	Variação	
					Absoluta	%
Ação Social	104.984.471	17%	93.404.956	29%	11.579.515	12%
Solidariedade	32.628.556	5%	40.784.876	13%	-8.156.320	-20%
Proteção Familiar	63.947.992	11%	59.102.930	18%	4.845.063	8%
Sistema Previdencial	366.818.577	60%	87.926.201	27%	278.892.376	317%
Administração	20.411.625	3%	18.931.434	6%	1.480.191	8%
Orçamento Região Autónoma Açores	19.350.727	3%	24.377.954	8%	-5.027.227	-21%
	608.141.949		324.528.351		283.613.598	87%

Considerando que o complemento apoio extraordinário para crianças e jovens foi uma medida exclusiva, de 2023, verificou-se que a despesa nessa rubrica teve um decréscimo de 5.6M€, em 2024. Ainda nas prestações sociais de proteção familiar, o aumento de 8.9M€ na despesa com o abono de família (+32%), o acréscimo de 12% na Prestação Social para a Inclusão, com um incremento de 1.8M€, e o decréscimo de 300m€ nas restantes prestações, justificam o aumento de 8% na despesa de proteção familiar.

4.4.4 Previdencial

O sistema previdencial visa garantir prestações pecuniárias substitutivas de rendimentos de trabalho perdido, em consequência da verificação de eventualidades, nomeadamente:

- a) Doença;
- b) Maternidade, paternidade e adoção;
- c) Desemprego;
- d) Acidentes de trabalho e doenças profissionais;
- e) Invalidez;
- f) Velhice;
- g) Morte.

A despesa do referido sistema inclui, ainda, as transferências para o Fundo Regional do Emprego (FRE) e Caixa Geral de Aposentações, as despesas de capital com origem nas dações em pagamento, e as despesas com ativos financeiros.

Quadro 4.4 - Despesa por Subsistema - Comparativo

Subsistema	31-12-2024	%	31-12-2023	%	Unidade Monetária: Euro	
					Variação	
					Absoluta	%
Ação Social	104.984.471	17%	93.404.956	29%	11.579.515	12%
Solidariedade	32.628.556	5%	40.784.876	13%	-8.156.320	-20%
Proteção Familiar	63.947.992	11%	59.102.930	18%	4.845.063	8%
Sistema Previdencial	366.818.577	60%	87.926.201	27%	278.892.376	317%
Administração	20.411.625	3%	18.931.434	6%	1.480.191	8%
Orçamento Região Autónoma Açores	19.350.727	3%	24.377.954	8%	-5.027.227	-21%
	608.141.949		324.528.351		283.613.598	87%

O elevado aumento da despesa do sistema previdencial, justifica-se com o registo de 275M€ em despesas com ativos financeiros, representado 99% da variação.

As transferências para o FRE aumentaram 675m€, e as transferências para a Caixa Geral de Aposentações, relativamente às pensões unificadas, tiveram um acréscimo de 87m€.

Relativamente às prestações sociais integradas no subsistema previdencial, evidenciam-se os seguintes valores:

Prestações Sociais	2024	%	2023	%	Unidade Monetária: Euro	
					Variação	
					Absoluta	%
Subsídio Doença	36.642.212	47%	32.455.215	44%	4.186.997	13%
Prestações Parentalidade	22.036.875	28%	20.468.885	28%	1.567.990	8%
Subsídio Desemprego	18.946.863	24%	21.155.810	29%	-2.208.947	-10%
Subsídio de Lar	34.038	0%	36.925	0%	-2.887	-8%
	77.659.987		74.116.834		3.543.152	5%

As variações do número de beneficiários das referidas prestações, refletem essencialmente as variações da despesa com as referidas prestações. O aumento da despesa com o subsídio de doença, em 4.187m€, tem origem no acréscimo de 659 beneficiários, e o decréscimo do subsídio de desemprego é consequência da diminuição

de 8% de beneficiários. A despesa relativa às prestações de parentalidade-tem uma variação positiva, considerando o aumento dos valores pagos, uma vez que o número de beneficiários desceu 6%.

4.4.5 Administração

As despesas de administração incluem as despesas de funcionamento, o investimento na aquisição de bens de capital (excluindo os por dação em pagamento) e as despesas de funcionamento no âmbito de protocolo celebrado com casas do povo.

Quadro 4.4 - Despesa por Subsistema - Comparativo

Subsistema	31-12-2024	%	31-12-2023	%	Unidade Monetária: Euro	
					Variação	
					Absoluta	%
Ação Social	104.984.471	17%	93.404.956	29%	11.579.515	12%
Solidariedade	32.628.556	5%	40.784.876	13%	-8.156.320	-20%
Proteção Familiar	63.947.992	11%	59.102.930	18%	4.845.063	8%
Sistema Previdencial	366.818.577	60%	87.926.201	27%	278.892.376	317%
Administração	20.411.625	3%	18.931.434	6%	1.480.191	8%
Orçamento Região Autónoma Açores	19.350.727	3%	24.377.954	8%	-5.027.227	-21%
	608.141.949		324.528.351		283.613.598	87%

As despesas de administração representam 3% da despesa total, tendo sofrido um acréscimo de 8%, em relação a 2023.

As despesas com os mais de 580 funcionários, representam 81% das despesas de administração, no valor superior a 16.6 M€. As despesas com aquisição de bens e serviços, na ordem dos 1.8M€, representam 9%, e as rubricas de despesa de capital, e com as casas do povo, representam 5% e 4%, respetivamente.

4.4.6 ORAA – Orçamento Região Autónoma Açores

As despesas no âmbito do ORAA, incluem as ações aprovadas pelo Orçamento da Região Autónoma dos Açores, através do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2024/A, de 24 de junho, e as despesas da remuneração complementar com pessoal.

Quadro 4.4 - Despesa por Subsistema - Comparativo

Subsistema	31-12-2024	%	31-12-2023	%	Unidade Monetária: Euro	
					Variação	
					Absoluta	%
Ação Social	104.984.471	17%	93.404.956	29%	11.579.515	12%
Solidariedade	32.628.556	5%	40.784.876	13%	-8.156.320	-20%
Proteção Familiar	63.947.992	11%	59.102.930	18%	4.845.063	8%
Sistema Previdencial	366.818.577	60%	87.926.201	27%	278.892.376	317%
Administração	20.411.625	3%	18.931.434	6%	1.480.191	8%
Orçamento Região Autónoma Açores	19.350.727	3%	24.377.954	8%	-5.027.227	-21%
	608.141.949		324.528.351		283.613.598	87%

Em 2024, as despesas ORAA representaram 3% do total da despesa do ISSA (excluindo as transferências entre instituições da Segurança Social), tendo-se verificado um decréscimo de 21% na despesa, considerando a diminuição das transferências de receita ORAA para efeitos da implementação de ações, conforme o seguinte quadro:

Despesa ORAA - Comparativo						Unidade Monetária: Euro	
Ação Plano RAA	Rúbricas	31-12-2024	%	31-12-2023	%	Variação	
						Absoluta	%
Ação 2.5.9	Fundo Regional de Ação Social	9.229.152	49%	11.256.682	47%	-2.027.529	-18%
Ação 2.5.11	Apoio ao Pagamento de Propinas	12.778	0%	249.987	1%	-237.209	-95%
Ação 2.5.19	Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior	625.625	3%	1.027.125	4%	-401.500	-39%
Ação 2.4.3	Rede de Cuidados Continuados dos Açores	0	0%	1.434.285	6%	-1.434.285	-100%
Ação 2.4.4	Idosos em Casa "Novos Idosos"	2.769.120	15%	1.329.941	6%	1.439.179	108%
Ação 2.2.14	Programa "Nascer Mais"	581.322	3%	864.425	4%	-283.103	100%
Ação 2.5.12	COMPAMID	5.635.763	30%	7.460.062	31%	-1.824.299	-24%
Ação 2.2.15	Apoio Aquisição Combustível IPSS	0	0%	286.894	1%	-286.894	100%
Ação 2.5.20	Apoio ao cuidador informal	93.717	0%	53.958	0%	39.759	100%
Total Plano		18.947.477		23.963.358		-5.015.881	
ORAA (Administração)		403.251		414.597		-11.346	-3%
Total ORAA		19.350.727		24.377.954		-5.027.227	

A despesa do Fundo Regional de Ação Social (FRAS) foi a rubrica com maior expressão, tendo consumido 49% do ORAA. Em 2024, foram incluídos no FRAS os pagamentos das refeições escolares, em período de férias, no valor de 220m€, o complemento açoriano ao abono de família (CAAF), no valor de 2.873m€, e os pagamentos de acordos com as IPSS, pelo montante de 6.062m€.

O pagamento das bolsas ocorreu em março e junho de 2024 (menos 1 tranche do que em 2023), e o pagamento das propinas apenas em janeiro de 2025, sendo que os valores de 2024 referem-se a reprocessamento de beneficiários da tranche de 2023.

A despesa com as ações Rede Cuidados Continuados e Apoio ao Cuidador Informal passaram, em 2024, a ser asseguradas pelo Orçamento da Segurança Social.

O considerável aumento de despesa na ação "Novos Idosos", prende-se com o acréscimo de beneficiários, que passaram de 230, em 2023, para 272, em 2024.

(Fonte: Estrutura de Missão para a Promoção de Respostas Sociais para Idosos)

A medida de apoio extraordinário à aquisição de combustível, para as instituições privadas sem fins lucrativos, foi específica de 2023, implementada pela Resolução do Conselho de Governo n.º 92/2023, de 7 de junho, e pela Portaria n.º 46/2023, de 20 de junho.

5. CONCLUSÃO

Na sequência da implementação do Novo SIF_SAP4HANA, em 2023, e decorridos mais de dois anos, após a entrada em exploração do novo sistema de informação financeira SAP4HANA, ainda se mantêm muitos constrangimentos que colocam em causa a realização das tarefas diárias/mensais/anuais, imprescindíveis e necessárias ao desenvolvimento do trabalho realizado por este Instituto, e por todas as restantes instituições do perímetro da Segurança Social.

Salienta-se que os erros identificados são críticos e obrigaram a validações e correções manuais para garantir a fiabilidade do reporte orçamental e financeiro, bem como o cumprimento de requisitos legais.

Evidenciam-se as situações não conformes e/ou que carecem de melhoria, já reportadas ao Instituto de Informática, IP:

Encerramento mensal/anual

- A obrigação de se transportar todos os documentos em aberto (partidas em aberto), incluindo documentos sem qualquer impacto em termos orçamentais, como é o caso das operações de tesouraria;
- A obrigação de se identificar os documentos originais a serem transportados, pois o sistema exige esse procedimento para o transporte das partidas em aberto. Este problema agravar-se-á à medida que os anos forem passando;
- Constrangimentos para os anos futuros, no caso do transporte não se efetuar, nomeadamente a impossibilidade de tratamento patrimonial desses mesmos documentos e o impacto nos mapas de reporte (especialmente DODES, ao nível das obrigações);
- A inexistência de relatórios que identifiquem previamente erros em BL's (orçamentais) e no splitting's (cadeia de valor orçamental) e que impactam diretamente com o encerramento do final de ano – só com um relatório que permita análise ao longo do ano é que se pode ir corrigindo constrangimentos futuros;
- Documentos de interface que não são passíveis de serem transportados (volumetria de dados), sendo necessária uma solução que viabilize os lançamentos orçamentais sem a necessidade de se transportar todos os documentos de interface;
- O transporte das retenções no final de ano, não faz o transporte do cabimento e compromisso, obrigando à correção das incongruências entre as contas orçamentais e os cabimentos/compromissos;
- Após correr a transação de encerramento do módulo de orçamento não devolvendo erros, verificou-se que as contas O não estavam totalmente saldadas, obrigando à intervenção e correção.
- A não implementação do programa de encerramento da classe de operações de tesouraria, obriga a lançamentos manuais;

- Revisão do programa de transporte de saldos das contas orçamentais de contribuições – o programa que está implementado não funciona;
- Melhoria do programa de transporte ao nível das RAP (reposição abatida ao pagamento) - até à data ainda não está implementada nenhuma solução para o transporte das RAP;
- Necessidade de relatórios que permitam reconciliar as contas orçamentais com as contas patrimoniais;
- Necessidade de implementação de uma ferramenta que permite ao utilizador construir os seus próprios relatórios para auxílio nas análises pois, face ao volume de dados, é incomportável a extração de toda a informação para ser trabalhada posteriormente.
- Existem mapas, nomeadamente que integram o ABDR que não estão desenvolvidos;
- Existem processos que à luz do SAP4 que não estão desenvolvidos, tais como:
 - Liquidações futuras;
 - Anulação de liquidações transitadas;
 - Tratamento de dívidas em plano prestacional;
 - Inventários.
- Criação de ferramentas e meios que facilitem e agilizem o processo de submissão dos mapas na Unileo, considerando a submissão destes, quase sempre, requer a intervenção da equipa de apoio SAP4.

Componente orçamental:

- Ausência de validação da existência de dotações de despesa aquando da realização do ciclo da despesa, em concreto, o sistema permite, logo na fase do cabimento/compromisso, prosseguir com o ciclo da despesa sem dotação orçamental; e, nalguns casos, mesmo estando inscrita dotação, ultrapassa a mesma;
- Ausência de validação da existência de previsões de receita, o sistema permite a contabilização de receita cobrada mesmo não estando inscrita qualquer previsão de receita;
- Ausência de informação sobre os critérios de seleção e extração dos relatórios e mapas legais executados no sistema, isto é, campos base como “Data da extração”, “nome do mapa”, “ano do exercício”, e outros campos selecionados como centros financeiro, fundos e RCE que sejam selecionados não são visíveis quer nos próprios relatórios e mapas legais no sistema quer quando os mesmos são exportados para excel. Ou seja, a informação selecionada para cada relatório e mapa é perdida na sua execução e extração;
- Não existem ferramentas que permitam validar a componente patrimonial com a orçamental. No antigo sistema SIF os mapas de execução orçamental da despesa e da receita (atuais 7.1 e 7.2) e Mapa de Fluxos de Caixa atuais – incluíam informação

financeira por contas patrimoniais, no novo sistema a informação patrimonial não existe. Isto implica a inviabilização, por parte das Instituições, da validação de uma parte importante das contabilizações realizadas, quer as asseguradas diretamente pelos serviços quer as oriundas de interfaces, resultando na falta de fiabilidade do reporte orçamental, na falta de informação detalhada para estimativas/apoio/acompanhamento de medidas relacionadas com prestações sociais e na diminuição do detalhe apresentado no relatório da Conta da Segurança Social. Acresce que, no que aos interfaces respeita os desenvolvimentos efetuados pelo II,IP que se encontram disponibilizados na nova frame INTSIF - SICC para além de serem complexos, a informação é evidenciada de forma dispersa e incoerente face à execução orçamental, por sua vez, nos relatórios disponibilizados pelo Datamart (SESS WEB) apenas consta informação relativa ao processamento (período de referência e data de lançamento).

Neste sentido é imprescindível a existência de informação sobre as contas patrimoniais tal como o anterior SIF produzia, por forma a permitir aferir o tipo de benefício e respetiva prestação paga. Neste momento esta ausência de informação, tem maior impacto nas prestações de parentalidade e abono de família.

Logística

- A relação entre o consumo estatísticos do Pedido e o consumo real do Compromisso, e a forma como isso se relaciona no lançamento de faturas, nomeadamente em processos que, pela sua complexidade, não permitem muitas vezes a adoção de procedimentos standartizados, impacta fortemente nos processos de processamento de faturas, quer do ponto de vista funcional e procedimental, quer do ponto de vista da gestão orçamental.
- O consumo estatístico do pedido de compra não acompanha o consumo real do compromisso, o que leva a uma leitura errada dos compromissos pendentes e por conseguinte ao controlo de disponibilidades orçamentais.

6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Considerando o Resultado Líquido do Exercício (RLE), do período findo em 31 de dezembro de 2024, no montante de (-) 23.295.253,53 €, é proposta a transferência para a conta 561 – Resultados transitados – De períodos anteriores.

7. PARECER FISCAL ÚNICO

Em anexo.

8. SUBVENÇÕES PÚBLICAS (ORAA)

Em anexo.

9. PUBLICAÇÕES

A conta de gerência será publicada nos seguintes sites:

[Instrumentos de Gestão - seg-social.pt](https://instrumentos-de-gestao-seg-social.pt)

<https://portal.azores.gov.pt/web/issa/instrumentos-de-gestao>

Angra do Heroísmo, 27 de março de 2025

Vice-Presidente do Conselho Diretivo

Patrícia Borges Soares

Vogal do Conselho Diretivo

Tânia Duarte de Almeida Moreira da Fonseca